

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

ZERO

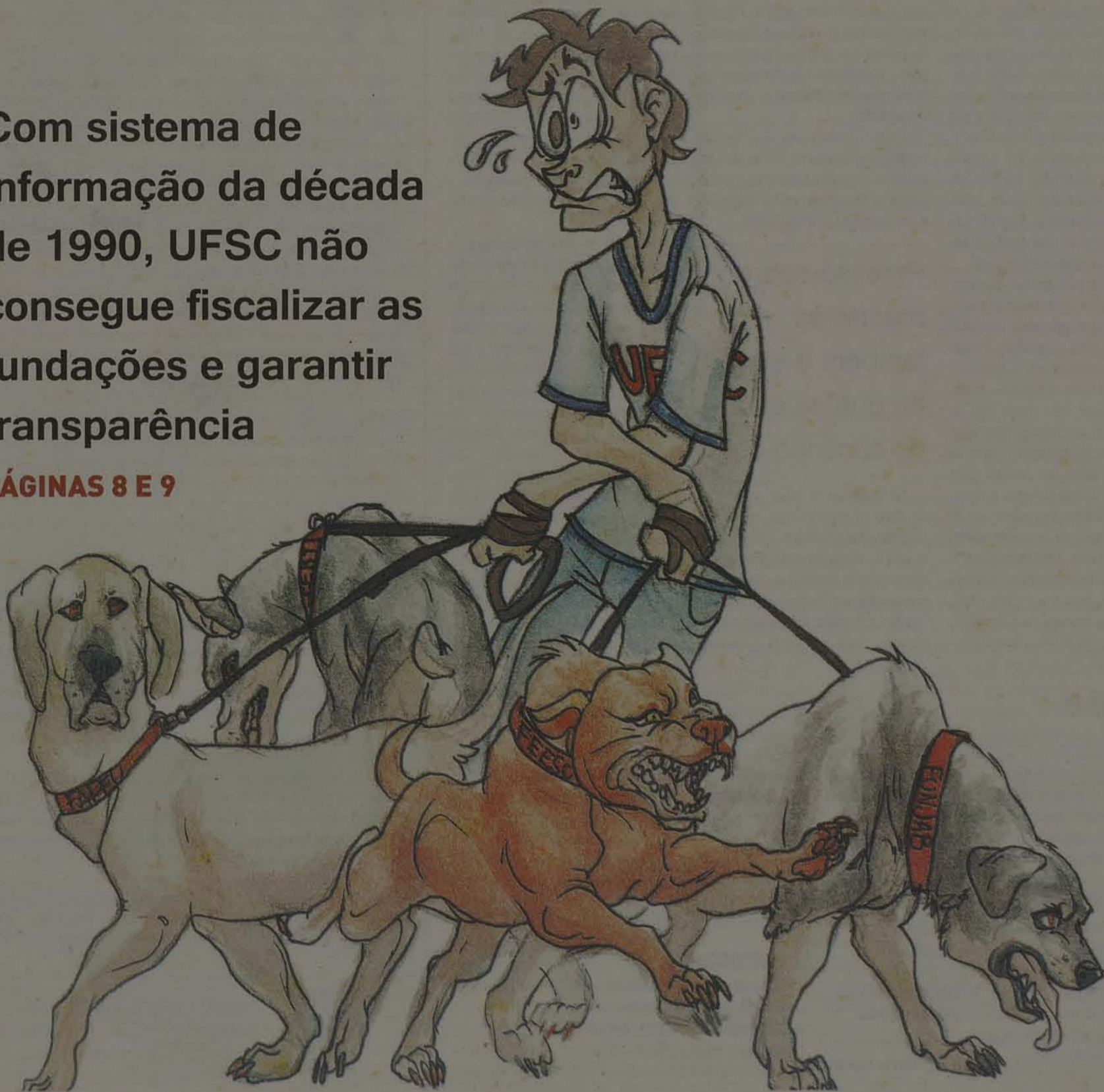
CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2012 - ANO XXX, NÚMERO 7

O que esperar da Rio+20



Com sistema de informação da década de 1990, UFSC não consegue fiscalizar as fundações e garantir transparência

PÁGINAS 8 E 9



FORA DE CONTROLE?

ZERO ENTREVISTA

Antônio Carlos Mafalda

Repórter fotográfico desde os tempos da ditadura cobriu guerra, Copa, visita do Papa e ainda foi funcionário do Chacrinha

PÁGINAS 4/5

JORNADA

Não é só *glamour* e fama

Falta de pagamento, prostituição e uso de drogas assombram o universo de modelos que tentam seguir carreira internacional

PÁGINA 15

CONEXÕES

Bizarrices do Legislativo

Inúmeros projetos de lei para datas comemorativas e cursos que formam vereadores fazem parte da política estadual

PÁGINAS 10/11

Interesse público, ameaças e o papel de um jornal laboratório

Quando se trata de jornalismo, existem várias medidas para sinalizar que um veículo de comunicação está no caminho certo. Uma delas é a resposta do leitor, na forma de *feedback* positivo (elogios e estímulos) ou na de cobrança. Isso mostra que o veículo foi notado pela audiência, pelo público. Outro sinal é a repercussão dos conteúdos produzidos, o que demonstra que outros meios não só reconhecem a importância daquele material, mas também investem nele, aumentando o coro.

Esses dois indicativos mostram às redações que as decisões tomadas e as estratégias adotadas têm sido também as mais acertadas. É uma luz verde que nos impede a acelerar.

Mas repórteres e editores se deparam também com outro tipo de sinal que mais parece um alarme vermelho: quando a fonte de informação entra em contato para "convencer" a não publicar a reportagem. Esta interação pode se dar de diversas formas, de um sutil telefonema que tenta descaracterizar a importância da informação buscada ("não vale a pena tornar isso público...") a uma ameaça para dissuadir o jornalista ("se publicar isso, te pro-

cesso!"). Seja qual for a embalagem, o produto é o mesmo: pressão. Pressão para não tornar público aquilo que se quer manter oculto. Pressão para que não se contrarie interesses de pessoas ou grupos. Pressão para que o jornalismo não investigue irregularidades, desmandos, abusos e ilegalidades.

Embora pareça um sinal de advertência, ameaças de fontes são entendidas no jornalismo como pistas de que se deve seguir na investigação. A luz vermelha se torna verde...

Pressão sobre repórteres também é sinal de que se está no caminho certo

Ao longo de 30 anos, a redação do *Zero* já experimentou essas três medidas que sinalizam a um jornal se está no caminho certo. Frequentemente, temos retornos dos leitores e, ocasionalmente, nossas reportagens "inspiram" outros veículos de comunicação. Neste mês, dois de nossos

repórteres foram também ameaçados por uma fonte que, por e-mail, tentou proibi-los de mencioná-la em um texto: "Estou levando o assunto às instâncias superiores da UFSC, para as devidas providências. Por fim, acredito que vocês devem ter conhecimento das implicações legais pertinentes ao assunto", escreveu a fonte que não assustou nossos repórteres. Neste caso, na reportagem de capa desta edição, prevaleceu o interesse público e o direito à informação.

O *Zero* se guia pelas regras e cuidados do jornalismo convencional. A condição de jornal laboratório não nos limita a atuar como publicação meramente escolar. Se fosse assim, hospitais universitários – que funcionam como hospitais-escola – também não poderiam atender ocorrências mais complexas, pacientes em situação mais delicada. Um jornal laboratório também deve fazer denúncias e investigar temas de interesse público. Cercamo-nos de documentos e informações que atestam e sustentam os textos que publicamos. Agimos com cautela, ética e equilíbrio, pois acreditamos que estamos na direção correta e que é assim que se faz jornalismo. Mesmo em um jornal laboratório.

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

Cadê o gancho?

A reportagem do *Zero* sobre a usurpação de vagas de estacionamento reservadas a portadores de deficiências físicas é cuidadosa e ampla. Mas cadê o gancho? Onde está a briga de tapa, o novo decreto, ou o clamor público a justificar uma página inteira do jornal?

A Rafaela diz que "o desrespeito continua com 300 infrações em 2012", estatística frouxa (três infrações por dia), de um comportamento que "continua", não de um surto. Gancho fraco. Rafaela não está sozinha. Quase todas as matérias da edição passada poderiam ter sido publicadas em qualquer momento nos últimos seis meses - ou nos próximos seis. Na história da música eletroacústica, o inusitado está no gênero musical, não em algum evento ou programação do grupo. Aliás, me perguntei: quando será o concerto? Falta o concerto e falta gancho. E assim vai. A matéria sobre a inexistência de auto-crítica na Universidade, pano de fundo para a posse da nova reitora, fala de um livro publicado no ano passado, outro de dois anos atrás e um terceiro que falta terminar.

A matéria de capa é a síntese dessa opção editorial, ao abordar um problema permanente das metrópoles brasileiras, o do não planejamento urbano (no caso, o de Florianópolis) e especulação imobiliária. Temas importantes? Claro. Mas como abordar um "plano", assunto chato, além disso tão manjado, sem afastar os leitores? Aí é que está a questão.

Peguei no pé da Rafaela, no começo deste comentário, porque sua matéria é a mais pesquisada e de foco mais definido. Um bom ponto de partida para se analisar a diferença entre fatos e situações dramáticas ou inusitadas, e que eu chamo aqui de estados estacionários – e nesse caso de gravidade pouca, pela natureza da transgressão e pelos dados da pesquisa.

Qual seria a reportagem, se não a própria pesquisa? Não sei. Teria que haver um "brain storming". Publicar o endereço onde se tira a licença para estacionar não é solução. Que tal entrevistar as pessoas no momento em que estão usurpando essas vagas, perguntar como se justificam, se dormem bem à noite e analisar essas justificativas? Ou tentar descolar a lista de todos os 300 multados deste ano (jornalismo investigativo) e traçar se o perfil? Quem sabe se encontre nela um juiz de direito, um delegado de polícia, um padre, um professor titular? Um estudante de jornalismo. Isso sim daria um samba.

Para fazer jornalismo com o que não muda, com fenômenos incorporados à rotina, ou níveis moderados de transgressão a pesquisa básica é um bom ponto de partida. Não é o ponto de chegada. E se o tema é chato, é preciso criatividade também na linguagem.

Aconteceu tanta coisa importante e inusitada no mês em Floripa, no Brasil, no mundo nos últimos trinta dias. Não seriam as pautas atemporais do *Zero* também uma forma elegante de fuga? Uma modalidade de jornalismo talvez importante, quando trata de problemas estruturais, mas certamente cômoda demais?

Físico e jornalista, é doutor em Comunicação e pós-doutor pela University of London. Por mais de vinte anos, lecionou na Universidade de São Paulo, onde se aposentou há cinco anos. Entre 2003 e 2006, foi assessor especial da Presidência da República, em assuntos de comunicação. É professor visitante da UFSC.

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Foi um sucesso o trabalho com o Zero no 3º e 4º do Magistério na Escola Anibal. Foi muito gratificante ver quão vorazes aqueles alunos - no caso, alunas - folheavam e mergulhavam nos textos que pareciam ter sido escritos especialmente para a ocasião.

Martos Silveira

Sou leitora do Zero há muitos anos. Quero cumprimentar o empenho de professores e alunos para publicar um jornal com temas tão relevantes para a UFSC e para a cidade. Na edição de maio, as reportagens demonstram seu compromisso social. Parabéns à toda equipe do Zero.

Silvana Maria Pereira

@zeroufsc Mobilidade urbana é tema de campanha dos trabalhadores do transporte urbano de Floripa

Quorum Comunicação - @QuorumCom

"Adorei o Zero Revista! As duas capas estavam demais!"

Luiza Fregapani - @luizafregapani

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc



O selo do *Zero Convergência* está nas reportagens que também têm conteúdo extra na web! zeroconvergencia.ufsc.br

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXX - Nº 7 - Junho de 2012 **REPORTAGEM** Amanda Melo, Ana Carolina Paci, Arianna Fonseca, Daniel Giovanaz, Ediane Mattos, José Fontenele, Juliana Ferreira, Lucas Pasqual, Maíla Diamante, Manuela Lenzi, Mariana Pitasse, Mariane Ventura, Marina Empinotti, Matheus Lobo Pismel, Milton Schubert, Mirene Sá, Nathan Mattes Schafer, Rafaela Blacutt, Rafaella Coury, Rodrigo Chagas, Sendy Luz, Thomé Granemann e Victor Hugo Bittencourt **EDIÇÃO** Alécio Clemente, Bárbara Lino, Camila Garcia, Carolina Dantas, Rodolfo Conceição, Rosielle Machado, Tulio Kruse e Wesley Klimpel **DIAGRAMAÇÃO** Amanda Melo, Patrícia Pamplona, Rafaela Blacutt e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Marina Empinotti, Sendy Luz, Victor Hugo Bittercourt e Wesley Klimpel **CAPA** Morgana Hoefel **INFOGRAFIA** Lucas Pasqual e Nathale Ethel Fragnani **PROFESSORES RESPONSÁVEIS** Rogério Christofolletti MTb/SP 25041 e Samuel Lima MTb/SC 00383 **MONITORIA** Patrícia Pamplona e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 31 de maio

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998



Lula sob um olhar crítico

Otimismo e esperança marcaram a edição de 2002

Até meados dos anos 90 o Curso de Jornalismo da UFSC tinha entrada própria, à parte do Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Por conta disso, era normal que os fechamentos do *Zero* corressem noite adentro, regados a vinho e *outras cositas más*. Alguns anos depois, em novembro de 2002, com o CCE já reformado e sem a entrada exclusiva, a turma que produzia o jornal resolveu lembrar a velha tradição em um fechamento. Havia um pequeno detalhe. Conforme relata o jornalista

Upiara Boschi: “Para passar a madrugada no curso fechando o *Zero*, a gente tinha que aceitar ficar trancado lá dentro”. Wendel Martins, também daquela turma, conta que “um aluno teve que pegar uma escada para buscar mantimentos: cerveja e pizza. Um segurança viu tudo e foi uma discussão. No fim, o Barreto [Ricardo Barreto, editor do jornal na época] subiu na escada e ficou esbravejando com o cara”.

A edição comemorava discretamente os 20 anos do *Zero*: um pequeno selo na capa, de cerca de 3 centímetros quadrados, e o editorial indicavam a nova idade do jornal. O motivo da discricção, porém, era puramente jornalístico: em 27 de outubro Luiz Inácio Lula da Silva fora eleito, em segundo turno, presidente da república com aproximadamente 53 milhões de votos. A capa daquele mês trazia uma grande foto do presidente eleito, seguida da manchete: “O triunfo da esperança sobre o medo”. No editorial, “Os 20 anos e o século 21”, o professor escrevia: “Apesar dos costumeiros revezes, tivemos um ano extraordinário ao conquistar um inédito pentacampeonato mundial de futebol (sem esquecer inesquecíveis vitórias em outros campos e esportes) e eleger um líder metalúrgico para a presidência da República”.

Das dezesseis páginas daquele *Zero*, quatro se debruçavam sobre a eleição presidencial. Uma era dedicada a José Serra e seu principal cabo-eleitoral, a atriz Regina Duarte; a seguinte tratava do último comício de Lula, no Centro de Florianópolis; e as centrais traziam uma espécie de perfil do presidente eleito.

Para quem não conhecia a postura editorial do jornal, bastava ler a cartola da página 6, que ironizava a derrota de Serra: Réquiem. Na mesma página, a matéria “Regina Duarte fracassa como patrulheira”, não poupava críticas à “namoradina do Brasil”. Chamava-a de “porta-voz do medo da elite”. A foto que ilustrava a matéria não po-

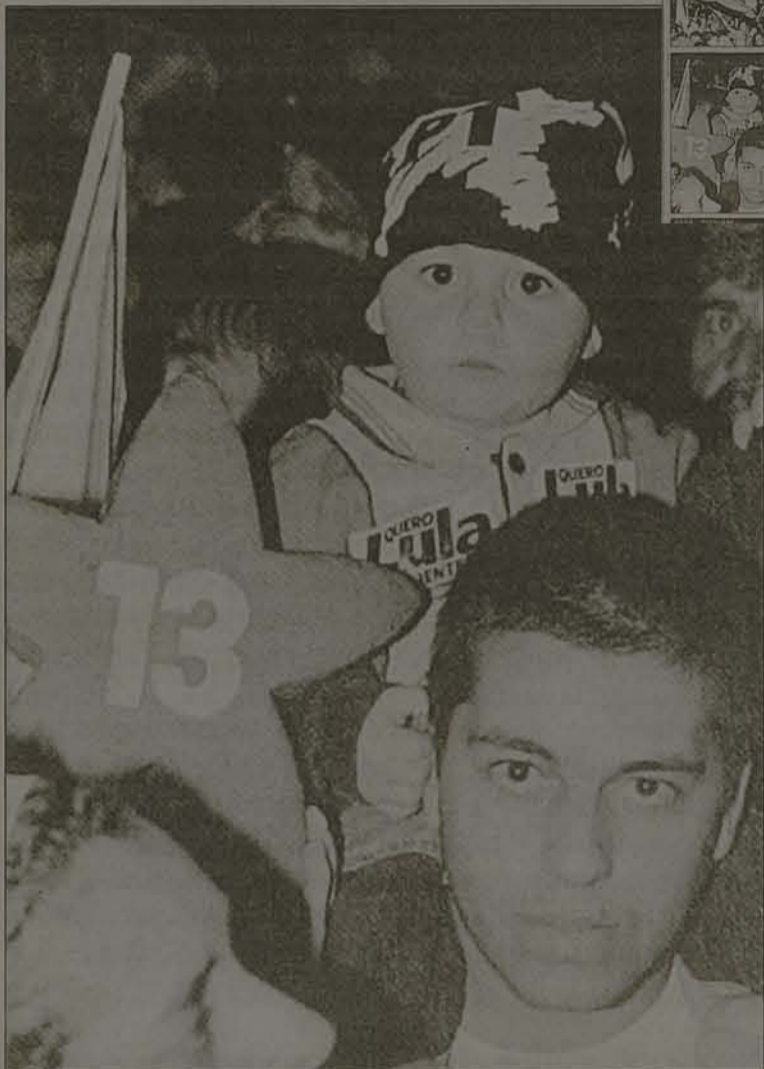
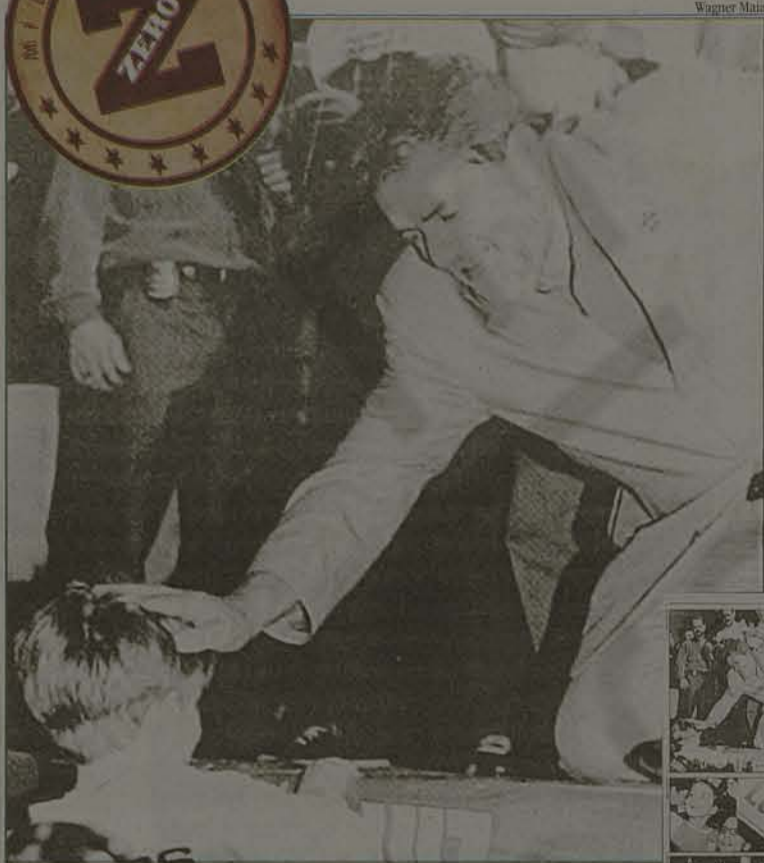
deria ser mais cristalina; mostrava a atriz nos braços do candidato tucano, seguida da legenda “A atriz e seu galã: beijim-beijim, tchau-tchau”.

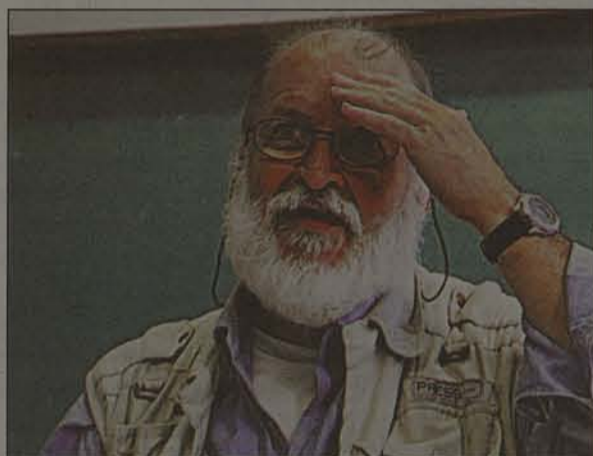
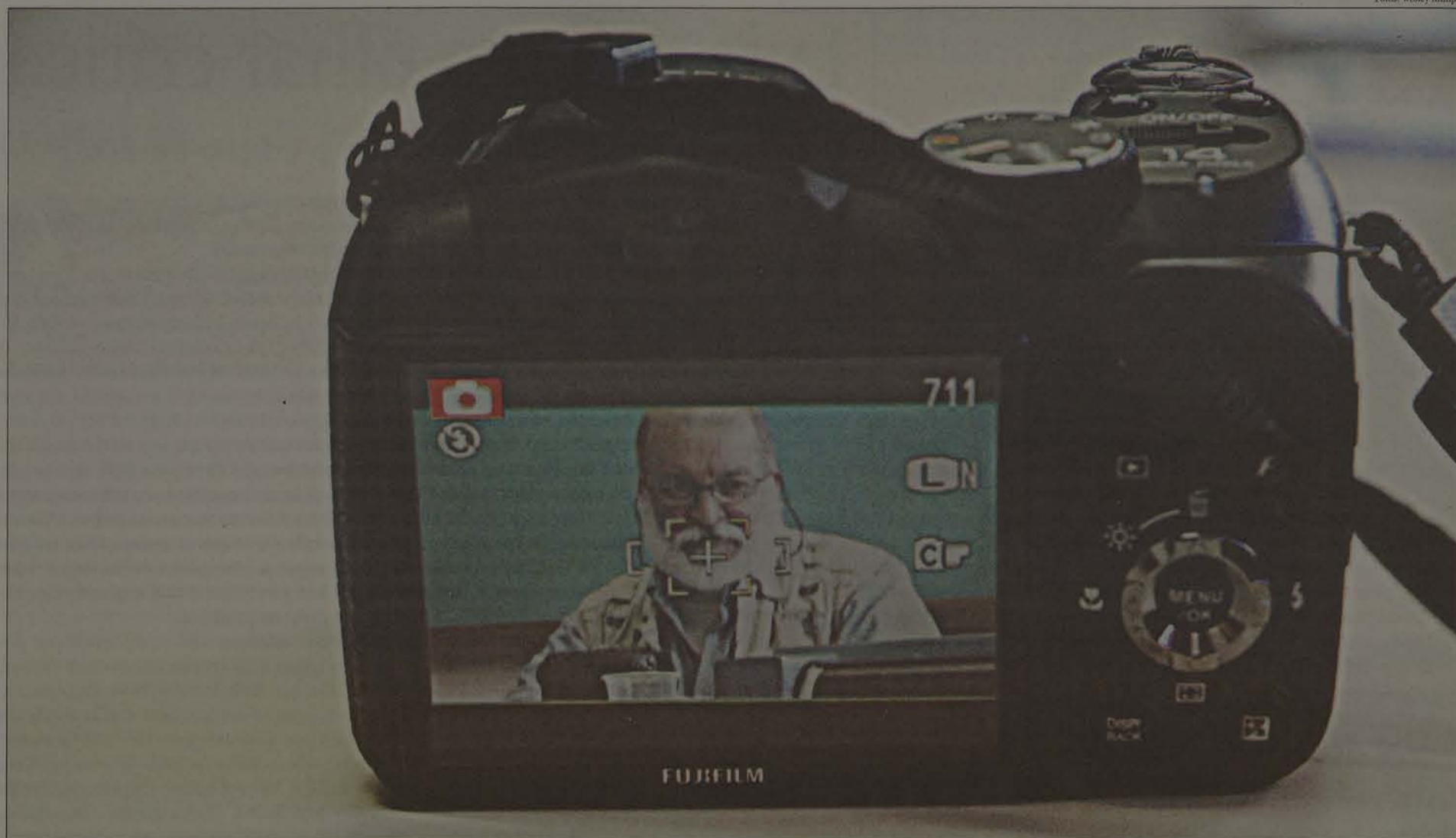
A cobertura do último comício, na página 7, seguia a mesma linha da manchete de capa. Iniciava dizendo que os 30 mil catarinenses espremidos no Largo da Alfândega haviam dado a “prova definitiva” de que estavam ao lado de Lula e destacava as palavras do então candidato ao subir no palanque. “Isso não é um comício. Isso aqui é uma pós-graduação em Sociologia Política”. O relato, de personagens como o pai que leva a bebê de colo ao comício, os funcionários da empresa Cipla em busca da intervenção do então candidato a presidente em processos trabalhistas, se encerra de maneira catártica. “No fim do comício, Lula afirma que vai provar que um torneiro mecânico é capaz de fazer política melhor do que a que vem sendo feita até agora. A multidão aplaudiu com entusiasmo e muita esperança”.

As centrais iniciavam com a reprodução de um texto do jornalista Mino Carta, editor de *Carta Capital*, sobre o Lula que conheceu em 1978. Carta escreve que “enxergávamos [Bernardo Lerer e Mino Carta] em Lula uma figura de grande porte, destinada a crescer. QI muito alto, vocação política pronunciadíssima, destino de líder, ideias simples e límpidas, sentimento idem. Um protagonista. Para a ribalta”. Em seguida, um perfil do ex-metalúrgico que refazia sua trajetória política, do sindicalismo à presidência, “Finalmente o povo elege um trabalhador para presidente”. As outras duas matérias, em menor destaque, enumeravam as produções cinematográficas baseadas em sua vida e o recente título de “Doutor Honoris Causa”, concedido por duas universidades nordestinas a Lula. Na matéria sobre a concessão do título, o *Zero* mostrava mais uma vez não ter papas na língua. “Além de presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva será doutor. Num gesto que pode ser encarado como homenagem ao conhecimento não-acadêmico, ou ainda ‘puxa-saquismo’, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) decidiram conceder ao presidente eleito o título de ‘Doutor Honoris Causa’”.

Na opinião dos ex-alunos, a independência do jornal proporcionava um olhar mais crítico. “Era uma postura defendida pelo Barreto”, lembra Boschi, e conclui, “acho importante o *Zero* ter uma cara, que não precisa ser sempre a mesma, e defendê-la”. Martins também argumenta que a linha editorial era, em grande parte, reflexo do professor que coordenava o jornal-laboratório. “Era tudo centralizado no Barreto. Sugeríamos pautas, ele aprovava e dava direcionamentos. Tudo tinha a aprovação dele, que lia todo o jornal”.

Nathan Mattes Schafer
nathaanschafer@gmail.com





“Medo é coragem, eu sempre defini isso. Já estive sozinho, cara. Eu, a máquina e Deus”

Fotojornalista que cobriu guerras, revoluções, Copa do Mundo e visita de papa fala ao *Zero*

Antônio Carlos Mafalda é ativista desde os 13 anos de idade. Nascido em família democrata na época da ditadura, ele já foi perseguido no Rio Grande do Sul, trabalhou como iluminador na Rede Globo, foi ator improvisado em novelas da emissora no início da década de 70 e membro da equipe que fazia o programa do Chacrinha. Decidiu retornar ao sul do país para se tornar fotógrafo. Procurou vaga no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, aprendeu em campo o ofício que mais tarde o destacaria nacionalmente e ali permaneceu por 15 anos. Cobriu revoltas, guerras, Copas do Mundo, Fórmula 1, ditadura na Argentina, revoluções na América Latina e até a visita do Papa João Paulo II ao Brasil (de quem, inclusive, alega ter ficado quase íntimo). Nesta entrevista, o fotojornalista conta um pouco do que viu e viveu em mais de quatro décadas na profissão.

Você tem quase 50 anos de carreira fotojornalística. Como foi o seu início na profissão?

Na época, os jornais não nos falavam o que a gente tinha que fazer, não nos davam instruções. Tu era jornalista, tu era o autodidata. Eu, por exemplo, me criei no *Zero Hora*, dormindo em cima da mesa da redação. Depois que saí fugido do Rio Grande do Sul, por causa da luta contra o regime que fazia lá, fui para o Rio de Janeiro, onde vendia carne e trabalhava à noite na Globo,

como pau de luz [iluminador]. Gravava uma novela, *Assim na Terra como no Céu* e trabalhei também na *Irmãos Coragem* [novelas exibidas em 1970]. Eu sabia montar muito bem e cuidava do cavalo do Tarcísio Meira. Um dia, faltou um cara que tinha que fazer uma cena e me chamaram: “Gaúcho, monta aqui esse cavalo que você vai vir correndo, se atira e morre”. Sabe como é, com cachê... Fiz essa cena na novela e uma rápida passagem com o Tarcísio Meira, Glória Menezes, Cláudio Mar-

zo e vários outros e fiquei conhecido. Também trabalhei com o Chacrinha na seleção das pessoas, mas aí já estava caminhando para o jornalismo.

E o que o fez voltar para o Rio Grande do Sul?

Um dia eu tinha que iluminar uma cena na piscina, em *Assim na Terra como no Céu*, com o Francisco Cuoco e a Regina Duarte, mas não sabia operar o equipamento. Liguei o negócio e a luz ficou muito forte. Como a ma-

quiagem daquele tempo era carregada por causa de televisão preto-e-branco, em cinco minutos começou a cair a base da cara do Cuoco. Ficou um borrão! O diretor perguntou o que houve e eu disse que não sabia. Me mandaram embora.

Foi quando eu vim trabalhar na *Zero Hora*. Fiquei uma tarde inteira para falar com o dono do jornal e conseguir emprego. Ele chamou o editor, perguntou se tinha vaga, e o cara disse: "Tem pra editoria de Polícia..." E eu: "Por favor, não me põe em política" [risos]. Depois, falou da vaga para fotografia, perguntou se eu era fotógrafo. Eu disse que era, apesar de não fotografar nada.

Você chegou a Porto Alegre e na primeira tentativa conseguiu uma vaga de emprego. Foi fácil se instalar na cidade?

No mesmo dia em que eu entrei no jornal, ainda em 1970, fui comer com o senhor Maurício Sirotski Sobrinho, o dono da *Zero Hora*, no Bar das Putas, onde o chefe tinha conta corrente e às vezes pagava cerveja para o pessoal. Fui comer ali - pão, salame e uma cervejinha - e saí empregado. Mas onde eu iria morar? Já estava sem dinheiro e o Maurício disse "amanhã tu começa a trabalhar". Eu respondi: "Se for para começar amanhã, prefiro hoje. Vou pegar as máquinas e dar uma treina-da". Desci lá e tinha a salinha do Telex, onde chegavam as notícias das agências internacionais. Para dormir ali tem que estar com muito sono, porque é muito barulho. O chefe do lugar era o "Sequinho", para quem eu perguntei se podia dormir ali. Ele disse: "Poder, pode. Tu tens cobertor?", e eu tinha!

Estava numa malinha de madeira que eu carregava. Forrei, deitei, pus o cobertor e tirei uma soneca boa. Fiquei sabendo onde tinha lugar para tomar banho, fiz amizade com o cara do bar, o Aurélio, e tirava café da manhã, almoço e janta, tudo lá.

E você permaneceu no *Zero Hora* por 15 anos. Qual a cobertura mais importante que você se recorda?

Imara [esposa e também jornalista] e eu temos uma passagem juntos. Fomos os primeiros jornalistas do Brasil a começar a história dos Sem Terra na fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul, onde o Brizola fez a primeira reforma agrária do país, em 79. Nós fomos à fazenda para cobrir os Sem Terra, e ficar no máximo três dias, mas acabamos ficando um mês. Nosso argumento era de que os caras iam ser mortos se nós fôssemos embora e o jornal nos bancou, acreditou. Aí está a grande arma do jornalista: a confiança. É saber que está falando a verdade, sem medo.

Como o conflito foi resolvido?

Mandaram um capitão do Exército para nos prender. Quando a Imara estava fazendo uma entrevista, cercaram-na de baionetas, e eu pensei que iam matar a mulher... Subi em uma cerca de arame e fiz a foto dela no meio dos policiais. Aí o cara veio para cima de mim, disse que estávamos presos. Perguntei o que ele era, e ele respondeu que era capitão. "Tu é muito baixo escalão para me prender, só me entrego de major, coronel para cima!", e a Imara só me olhava e concordava. Essa coragem pegou o cara de surpresa, ele não sabia o que fazer! Aí os

milicos abaixaram as armas, viraram as costas e foram embora. A massa de gente começou a gritar - imagina, 300, 400 colonos gritando no campo. Tu enlouquece, vira até Jesus Cristo.

Mas e depois, para colocar a foto no jornal, não era outro problema na ditadura?

Quando deu essa história, eu já tinha feito muita foto. A gente tirava o filme da câmera e entregava para o motorista, que os escondia num cano dentro da Brasília e passava pela Polícia. Eles revistavam, mas nunca encontravam. Era a mutreta que a gente tinha. E o motorista era jornalista também, era uma integração. Se a censura estivesse dentro do jornal e dissesse não, não tinha como contestar. Por mais que fossem favoráveis ao governo, a força jornalística que existia era tão grande que os caras tinham medo.

E essa máquina que o senhor trouxe para nós vermos, é daquela época?

Essa aqui já vive comigo há quase quarenta anos. Toda a história do fotojornalismo mundial está aqui. Antes dela, existia o Robert Capa, o Cartier-Bresson e mais uns 10 fotógrafos que faziam guerra e não tinham telefotos [equipamento de transmissão de fotos através das ondas de rádio]. Sem essa máquina para enviar a foto, o meio de transporte, muitas vezes, eram os próprios mortos que eram transportados. Quando os americanos, os russos ou alemães morriam e os aviões vinham buscar os corpos, os filmes iam enrolados nos cadáveres e eles avisavam: "está indo um cadáver com um monte de filme". Era necessário, porque muitas vezes tinha problemas para sair do país. Depois que surgiu essa máquina, o fotojornalismo tomou outra direção.

Você nunca teve medo de trabalhar durante a ditadura?

Tinha muitos desafios sim, houve momentos em que tive que ser mais rápido que o revólver. Uma vez, um cara levantou um fuzil para me atingir e perguntou quem era mais rápido. Eu fiz a foto primeiro. Estou aqui e a foto dele me deu um prêmio. Ele tentou atirar, mas não teve coragem, aí virei as costas e fui embora. O medo é a coragem, eu sempre defini isso. Eu já estive sozinho, cara. Eu, a máquina e Deus. Nunca criei imagens negativas, nunca pensei negativo. As imagens que eu criava eram imagens positivas.

Entre as várias coberturas jornalísticas de conflitos e guerras, você noticiou a queda do presidente uruguaio Juan María Bordaberry. Como foi a sua participação nesta edição?

Eu estava dormindo na *Zero Hora* e a campanha do telex começou a tocar desesperada. Acordei e li a mensagem: "Presidente uruguaio cai". Liguei para o Lauro Schirmer, editor,

lá pela uma da manhã e passei a informação. Já estavam imprimindo o jornal e o Schirmer me mandou parar as máquinas - era a coisa que eu mais queria na minha vida: falar "parem as máquinas!" Mas quando eu disse isso o cara começou a rir.

Tive que mandar de novo, explicar a situação para ele parar. Para colocar a matéria, eu deveria chamar o editor de Internacional, mas como eu já tinha visto ele fazendo isso, eu mesmo peguei o telegrama, grudei, mandei fotolitar e troquei a capa. Acho que foi o único jornal da América Latina que deu a manchete que o presidente uruguaio Juan María Bordaberry tinha caído. Era o último presidente democrata na América Latina (Bordaberry comandou um golpe do Estado em 1973, e permaneceu até 1976). Quando começou a sair aquela página, era um troço imaginável! Tanto para mim, quanto para os outros do meu lado. Quando eu conto, é uma grande emoção. Para mim, a maior glória que posso ter na vida é saber que um dia eu fiz isso.

Hoje, é muito comum encontrar funcionários polivalentes nas empresas jornalísticas. O surgimento de meios multimídias exige que o repórter entreviste, escreva a matéria e faça as fotos. Como você avalia essa necessidade do mercado no fotojornalismo?

Vou analisar o repórter fotográfico do passado e o de hoje, que eu acho que são raros. Existe um cara que opera uma máquina digital e o outro, que é fotógrafo. E essa diferença não é preconceituosa, por favor! Não tenho nenhum preconceito pelo cara que é operador de máquina, até porque eu fui um deles em certos momentos. O repórter fotográfico é o cara que vai buscar a informação. A foto dele é a informação. Ele é um caçador, um garimpeiro de imagens, que sai para a rua para fazer uma reportagem e tem na cabeça que precisa resumir uma história em uma imagem. O profissional, hoje, leva no mínimo uns 10, 15 anos para se tornar um repórter fotográfico, mas ele tem que ter essa vocação. Tem que ter uma sensibilidade muito grande, uma leitura muito boa das imagens e precisa saber o que tem que fazer. Na minha época, o repórter fotográfico era ponta de lança,



Telefoto: envio de fotos por ondas de rádio

o cara que ia para guerra, e o canetinha [repórter de texto] era quem dava o respaldo, quem assinava embaixo. Existia um casamento muito grande entre o repórter canetinha e o fotográfico, mas hoje não. Hoje, a empresa diz "toma aqui essa máquina e fotografe também".

Nas últimas quatro décadas houve mudanças na parte tecnológica e uma democratização no mundo da fotografia. Qualquer pessoa pode fazer imagens e publicá-las com muita facilidade.

de. Isso pode ser considerado jornalismo?

Eu vejo o seguinte, houve uma mistura. É impossível hoje uma foto de alguém que estava no lugar certo na hora certa não entrar em um jornal, porque todo mundo está fotografando. O mundo está fotografando, só que as coisas estão banais. Não tem sentido alguém falar "ah, eu vou fotografar o Bush", porque ele está sendo fotografado de cinco em cinco segundos, onde ele passa. Sempre vão estar fotografando o cara. Por quê? Porque ele está sendo visto por quantos olhos? Milhões de olhos, milhões de máquinas fotográficas.

Com uma carreira tão diversificada, qual o tipo de foto que você mais gosta de fazer?

O que eu mais gosto em minhas fotos são as pessoas. As fotos precisam de gente para representar a realidade. Mas ultimamente, tenho mudado um pouco, comecei a fazer montanhas, praias, litorais... Acho que descobri uma outra veia em mim, para a qual eu não sabia que tinha paciência. É bom, mas eu gosto de gente.

Ediane Mattos

edimattos@gmail.com

José Fontenele

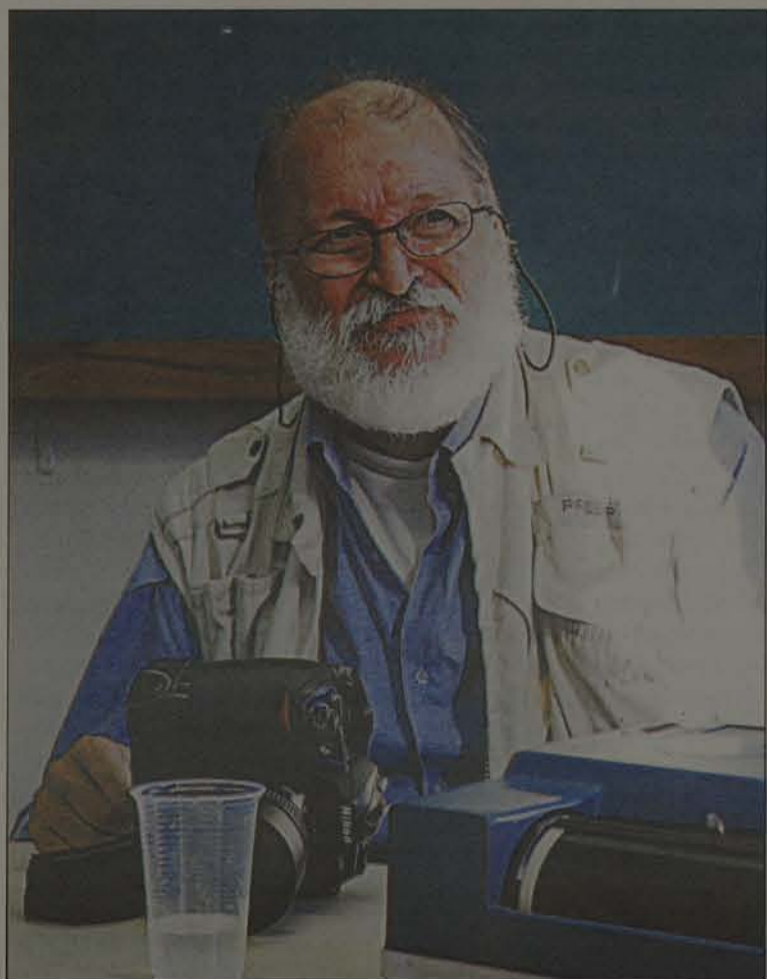
j.fontenele@yahoo.com.br

Sendyluz

sendydzaluz@gmail.com

Thomé Granemann

granemannrosa@gmail.com



"A força jornalística era tão grande que eles tinham medo"

Pouca estrutura aumenta espera na adoção

Número de funcionários na Vara da Infância da capital é insuficiente para atender à demanda

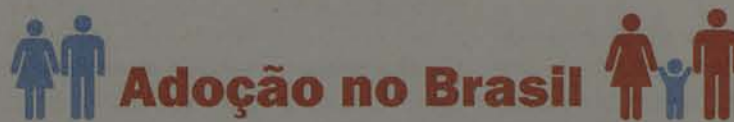
A Campanha Adoção - Laços de Amor, realizada em Santa Catarina, completou um ano desde o seu lançamento e já apresenta falhas no sistema. O relatório divulgado no mês de maio pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA) identificou a necessidade de agilizar os processos e ampliar o quadro de profissionais (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, técnicos) envolvidos. O principal questionamento feito por quem está na fila de espera para adotar é sobre o tempo que leva todo o processo, geralmente muito longo. Assim, é um paradoxo: há uma campanha para despertar e aumentar o interesse, mas o Estado ainda não possui estrutura nem funcionários suficientes para atender a demanda.

Esta é a grande reclamação de Joseana Andrea Fonseca, que quer adotar duas crianças com idade entre dois e seis anos, desde 2009. Na época, Fonseca e o marido moravam em São José e souberam que lá o processo seria rápido devido ao perfil desejado, duas crianças mais velhas. "Como estávamos de mudança para Florianópolis, decidimos primeiro nos estabilizar para depois receber as crianças", explica. O casal entrou com o pedido em 2011, na capital, e só em abril deste ano realizaram o curso preparatório, constatando que o processo aqui é mais lento, principalmente porque há apenas uma psicóloga cuidando destes casos. "Ela é muito engajada, se importa mesmo com o que faz. Se não fosse isso, acho que já teria desistido" elogia Fonseca. "Eu re-

almente não acho que seja falta de comprometimento da equipe. Mas se o Estado não dá estrutura, não é possível atingir um objetivo", complementa.

Michelli Rabuske é a única psicóloga da Vara da Infância de Florianópolis desde janeiro de 2009. Ela e quatro assistentes sociais são responsáveis por todos os processos da vara – não apenas em casos de adoção, como também nos de maus tratos, quando as crianças são retiradas dos pais. A rotina da equipe é longa e geralmente dura mais que o expediente, das 12h às 19h. "A gente se dedica ao máximo. Existem dias em que trabalhamos à noite, fazendo entrevistas e analisando processos", afirma Rabuske. Ela e a equipe também fazem visitas às instituições de acolhimento, cuidam do cadastro de crianças, analisam os pretendentes para adoção nacional e internacional, realizam o curso preparatório (em média, cinco por ano) e atendem o público diariamente. "Seria bom ter mais gente, mas isso não cabe a nós decidir", avalia Rabuske.

A secretária da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), MeryAnn Furtado diz que a CEJA não tem autoridade para exigir mais pessoal, que são selecionados através de concursos públicos. Mas a comissão realiza mutirões quando os números de processos atrasados é muito grande. "Trazemos pessoas de outras comarcas para aumentar a equipe e acelerar o andamento dos processos", conclui Furtado.



5.240
crianças disponíveis para adoção

28.041
pretendentes cadastrados



221 crianças para adoção em SC
125 homens e 96 mulheres

2128
pretendentes em SC

Em 2011, **33** crianças da Comarca de Florianópolis foram adotadas

9 foram mandadas para famílias no exterior

24 residem no Brasil:

0 a 3 anos: 10 crianças

3 a 6 anos: 10 crianças

6 a 8 anos: 4 crianças

Cresce interesse por crianças maiores de três anos

Segundo a promotora de justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), Cristiane Böell, o tempo médio para adoção deveria ser de seis meses. A parte mais demorada é o estudo psicossocial, que abrange duas avaliações dos interessados, uma feita pela assistente social e outra pela psicóloga. Se os relatórios diferem, é necessário um novo estudo, prolongando o processo. A comarca da Capital recebe cerca de 50 pedidos de adoção anualmente. No entanto, 90% dos casos são de casais, tornando a análise dupla. "É preciso estudar cada pessoa

individualmente e depois os dois como um casal", esclarece a assistente social Danúbia Vieira. A pesquisa psicossocial não é somente para averiguar se a pessoa tem condições financeiras para criar uma criança. É feita também uma avaliação do ambiente onde viverá, como será a sua rotina e a motivação do interessado em relação à adoção. "Tudo isso é para dar segurança. Queremos evitar ao máximo a possibilidade de rejeição", declara Vieira.

Em 25 de maio, a campanha, que tem como objetivo diminuir o número de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos governamentais, foi relançada para continuar a sensibilizar a comunidade através de histórias de adoção tardia, de crianças com irmãos (já

que a Lei não permite separá-los) e com necessidades especiais. Realizada por uma parceria entre Assembleia Legislativa, MP-SC, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina, também teve resultados positivos: em âmbito estadual, 42 novos pretendentes manifestaram interesse em adotar e 18% dos já registrados mudaram de ideia, passando a aceitar crianças com mais de três anos.

Na opinião de Heloisa Dallanhol, que procura uma criança de até cinco anos, de qualquer raça, sexo e/ou com deficiência física, o dinheiro investido na campanha poderia ser utilizado para aumentar o número de funcionários envolvidos com o processo. Ao fazer o curso preparatório, soube que o número de adoções no ano anterior foi baixo. "Isso desesti-

mula muito. Acho que a campanha prejudica quem já tinha o interesse de adotar, pois acaba sobrecarregando ainda mais a psicóloga e as assistentes sociais", completa Dallanhol.

A promotora de justiça Cristiane Böell explica que se o bebê é entregue pela mãe ainda recém-nascido, eles aceleram o procedimento em até 15 dias. Ana Maria Pereira, que sempre quis adotar um bebê de até seis meses, não teve essa sorte. Ficou oito meses na espera pelo cadastro e foram quase quatro anos até a chegada da criança. Hoje Pereira já esqueceu todo o sofrimento da espera: "Valeu a pena, a experiência tem sido fantástica". Böell ainda defende que, apesar da demora, não existe um prejuízo real para a criança.

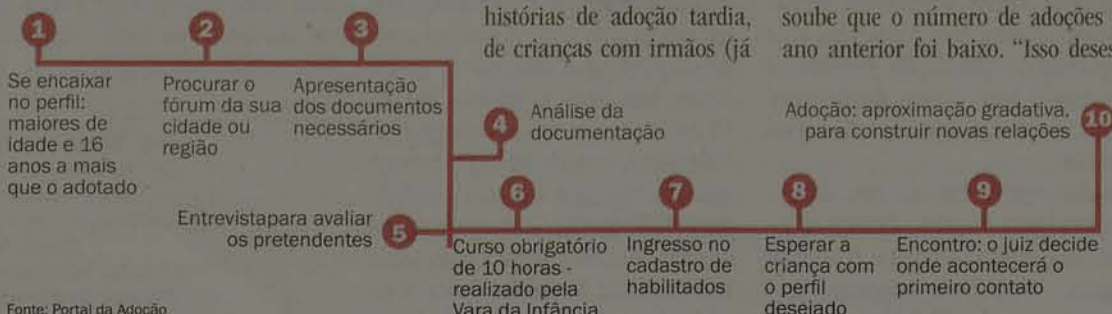
Cristina e Alexandre Santana, que fizeram o cadastro em janeiro de 2011, visitaram os abrigos e concordam com

a promotora: "Não é correto dizer que as crianças estão abandonadas. Pelo contrário, elas estão felizes, estão bem, só precisam de uma família". O casal não pode ter filhos e, a princípio, queriam adotar uma menina de até três

anos. Após o curso preparatório ampliaram suas opções – aceitam agora crianças de até cinco anos. "A carência de pessoal causa uma falta de esclarecimento muito grande. Só conseguimos

mais informações agora, pois quem dá o curso é muito empenhado, mesmo que haja falha na estrutura", pondera Alexandre Santana. O casal ainda afirma que a campanha traz mais esperanças. "Vendo essas propagandas ficamos mais ansiosos", conta Cristina Santana.

Passo a passo do processo de adoção:



Fonte: Portal da Adoção

Fontes: Comarca da Capital via Cadastro; Relatório estatístico do CNA

Rafaela Blacutt
rafaelablacutt@gmail.com
Rafaela Coury
rafa.coury@gmail.com

Impasses políticos sufocam cultura em SC

Sem editais há dois anos, produtores e artistas do estado cobram fim do descaso com o setor

Na semana do dia 23 a 28 de abril, representantes da classe artística catarinense abriram as portas do Centro Integrado de Cultura (CIC) para encher os corredores vazios com intervenções culturais. A intenção dos manifestantes era chamar atenção para o descaso do governo e exigir mudança no setor. As reivindicações foram apresentadas em uma carta encaminhada ao poder público e assinada por 130 entidades artísticas do estado.

O CIC foi escolhido para o ato por ser considerado símbolo do descaso. Apesar de a sala de cinema e o Museu de Artes de Santa Catarina (MASC) terem voltado a funcionar, a principal atividade do espaço tem sido o trabalho de órgãos do governo estadual. Lá, funcionam a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura (SOL), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Entre as principais exigências dos manifestantes estão a criação de uma secretaria específica, mais transparência na execução de editais e participação da sociedade civil na elaboração do plano estadual de cultura.

Há dois anos o governo não lança editais para o setor. "O de cinema existe há dez anos, mas não foi realizado em quatro edições. O Prêmio Cruz e Sousa, de literatura, e o Salão Victor Meirelles, de artes visuais, não são lançados desde 2008 e 2009, respectivamente. O Cocali, que prevê a compra de obras de autores catarinenses para bibliotecas, também não é cumprido", aponta o jornalista e membro do CEC Fifo Lima.

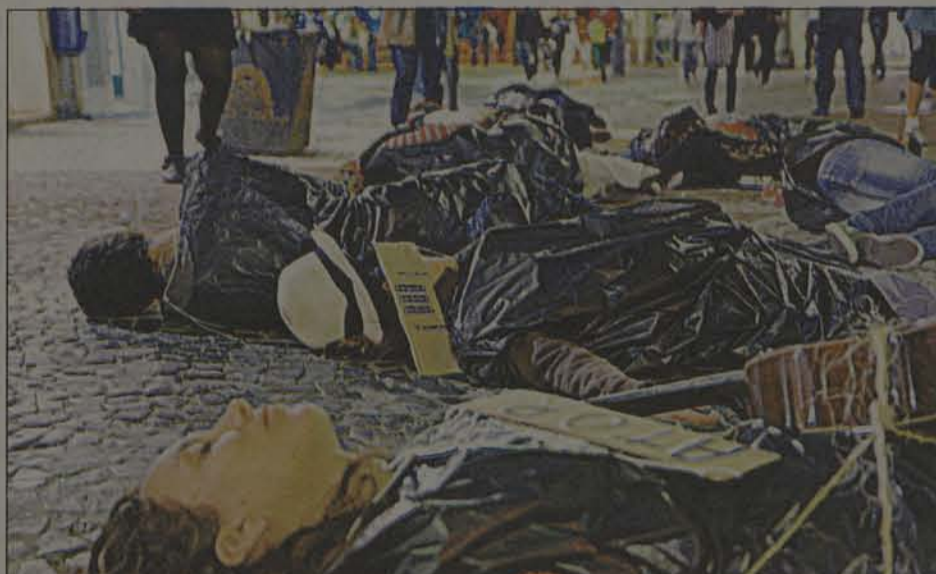
Além desses programas, o Edital Elisabete Anderle, o maior do estado, com verba de R\$ 10 milhões para ser distribuída em projetos artísticos, também foi cancelado.

O presidente da FCC, Joceli Souza, culpa os relatores do decreto, que teriam insistido em "questões equivocadas". Por isso, não teria havido tempo para a publicação no ano passado e, neste ano eleitoral, não seria permitida a execução de um edital não realizado no ano anterior. Souza sugere que alguns relatores causaram confusão por motivações políticas.

O texto do edital foi composto por uma comissão que envolvia SOL, FCC, CEC e representantes da classe artística. Um dos relatores, Fifo Lima conta que a equipe trabalhou durante meses, com pelo menos doze reuniões presenciais. "Entregamos o texto final em novembro para lançamento do então secretário Cesar Souza Junior. A não publicação se deve a um desentendimento político dentro da FCC", afirma.

Ator e diretor do Grupo de Teatro Gats, de Jaraguá do Sul, e ex-conselheiro do CEC, Leone Silva também participou da elaboração. Segundo ele, o texto final do edital foi alterado dentro da Casa Civil. "Talvez queiram o dinheiro para outra coisa", supõe, enquanto desqualifica o argumento do ano eleitoral. Silva ressalta que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu parecer favorável. O dinheiro não deixou de ser utilizada. "Foram gastos R\$ 2,6 milhões com a Maratona Cultural e repassados R\$ 380 mil para a prefeitura de Florianópolis contratar a dupla Victor e Léo para o aniversário da cidade", lembra a atriz Luana Raiter, do Grupo Erro.

A maratona aconteceu entre os dias 23 e 25 de março em Florianópolis. A primeira edição, também realizada apenas na capital, foi criada pelo então secretário da SOL, Cesar Souza Junior, em novembro do ano passado. No final de fevereiro deste ano, o político saiu do cargo para se lançar pré-candidato pelo Partido So-



Protesto simula fuzilamento de artistas no centro da capital no dia 15/05

cial Democrático (PSD) à prefeitura da cidade.

Para Raiter, isso mostra como a política cultural do estado, na verdade, é uma política de eventos. O presidente da FCC, Joceli Souza, defende o governo. "As pessoas precisam entender que a FCC não trabalha só com artistas. Museus e bibliotecas também são administrados pela fundação. A classe artística representa apenas 10% da cultura do estado", afirma Souza, ilustrando como a arte é tratada em Santa Catarina.

Ele ainda provoca o movimento Ocupa CIC. "É preciso respeitar o campo democrático. Invadir o centro, tapar o outdoor de divulgação... Isso é cultura? Essa é uma área elitizada e esse vandalismo é incompatível com a classe".

O ator e ex-conselheiro do CEC

Leone Silva diz que em Jaraguá do Sul, com menos de 150 mil habitantes, existem nove grupos de teatro, orquestras e várias bandas e grupos de dança. "Acho que o governo não está dando a devida importância para o movimento. É tudo gente séria que não faria uma manifestação para perder tempo fazendo bagunça".

Fátima Lima, professora de Artes Cênicas da Udesc, ainda lembra que os artistas também têm despesas como qualquer outro cidadão. "Quando o governante corta um edital, ele não pensa que essas pessoas precisam comer."



Saiba quais estados aderiram ao Plano Nacional de Cultura e quais estão mais organizados na construção do seu plano estadual em zeroconvergencia.ufsc.br

Governo propõe planejamento, mas falta diálogo

Em 2012 foi composta uma comissão estadual para sistematizar o plano de cultura para Santa Catarina. É a primeira vez na história do estado em que se pensam projetos culturais a longo prazo. O planejamento parte das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura (PNC), que devem ser adequadas às realidades de cada região.

A presidente do CEC, Mary Elizabeth Benedet, aponta dificuldades em entender o material do governo federal. "A diferença entre a teoria e a prática, as especificidades do estado, a compatibilidade com o plano nacional entram o tema."

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desenvolveu um projeto de apoio à elaboração dos planos estaduais. A professora do curso de Administração Eloise Dallagnelo é a responsável pelo plano de capacitação das comissões dos 18 estados que aderiram ao PNC. Ela salienta



Manifestantes ocupam CIC e elaboram carta exigindo maior transparência

a necessidade de diálogo em todo o processo, mesmo que seja difícil. "Se houver sensibilização, divulgação e mobilização vai dar certo, porque as pessoas querem ser ouvidas".

Uma das principais instruções

determinadas no PNC é justamente a ampla participação da sociedade civil. Apesar da presidente do conselho reconhecer o diálogo como ponto fundamental no desenvolvimento do projeto, a conversa entre governo e

sociedade civil não acontece. Para Fifo Lima, o planejamento vem sendo elaborado a portas fechadas. "O correto seria que já no começo deste ano o governo tivesse produzido um grande debate com os produtores culturais e com a população de maneira geral." Para junho estão previstos fóruns nas dez regionais para a elaboração do texto. Os encontros foram marcados de acordo com a divisão turística já existente do estado. Lima se mostra pessimista. "Todo este trabalho será feito somente durante um

dia em cada região. Não acredito que o resultado será significativo."

A gerente de políticas de cultura da SOL e membro da comissão de desenvolvimento do plano, Suzana Bianchini, reconhece que o processo está atrasado devido à mudança de secretário, com a substituição de Cesar Souza Júnior por José Natal. Outra dificuldade tem sido organizar o material apurado nas reuniões regionais em um único texto.

Até o final do ano o plano deve ser apresentado ao governo federal. A presidente do CEC acha que não será possível. "Precisaremos pedir mais tempo para fazer bem feito." A professora Dellagnelo assegura que o prazo é suficiente. "Não estamos cogitando que algum estado não consiga".

Matheus Lobo Pismel
matheuslobopismel@gmail.com
Mariana Pitasse
mariana.pitasse@gmail.com

UFSC não exige contas em tempo real dos projetos geridos por fundações

Centenas de milhões de reais circulam todos os anos por essas entidades. A universidade tem o dever de fiscalizar as contas durante a execução dos contratos e convênios, mas os mecanismos de controle são precários e insuficientes. Quando público e privado se confundem, criam-se brechas para a aplicação pouco transparente dos recursos

As universidades federais não exercem sua autonomia financeira e, desde a década de 1960, costumam recorrer a fundações para realizar em parceria a gestão de projetos. Segundo o artigo 11 do decreto nº 7423 de dezembro de 2010, a instituição apoiada - no caso, a universidade - tem a obrigação de acompanhar em tempo real a execução desses projetos e respeitar a divisão de responsabilidades com a entidade de apoio nessa tarefa. Apesar dessa exigência, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não tem mecanismos para fiscalizar simultaneamente a execução orçamentária dos contratos firmados com suas fundações. "O que falta é infraestrutura para garantir a transparência. Nossos sistemas de informação são ultrapassados e fragmentados. São da década de 1990", confirma a vice-reitora Lúcia Helena Martins Pacheco.

O auditor-chefe da UFSC nos últimos dez anos, Audi Luiz Vieira concorda que o controle é frágil, mas acrescenta que o problema não é apenas estrutural. "A universidade é extremamente reativa em tudo. Há uma classe dominante, e não é o pessoal da administração: é quem está à frente dos grandes projetos. A eles, não interessa reforçar o controle", argumenta.

O Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da UFSC, por exemplo, desenvolve projetos vinculados à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Ministério dos Transportes, ao Depar-

tamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e à Petrobrás. Não por acaso, foi escolhido pela Secretaria Especial dos Portos (SEP) para fazer o diagnóstico, elaboração e implementação do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), cujo orçamento final é de aproximadamente R\$ 55,7 milhões - um projeto inicial no valor de R\$ 30 milhões e outro de R\$ 25,7 milhões.

De acordo com dados obtidos na FEESC, gestora dos projetos, há um único professor da universidade que responde pelas finanças do PNL. Amir Mattar Valente, coordenador do LabTrans. Em seu nome estão vinculados ainda outros nove convênios e três projetos de extensão orçados em cerca de R\$ 1,6 milhão. Ao todo são R\$ 72,2 milhões de dinheiro público sobre os quais a UFSC não assume o compromisso de exigir em tempo real a prestação de contas. O resultado é que o beneficiário torna-se o principal responsável pela aplicação dos recursos - a reportagem do Zero entrou em contato com o professor Valente, que alegou estar "extremamente sobrecarregado" e não pôde conceder entrevista.

O contrato firmado entre a UFSC e a FEESC atribui a Marcos Baptista Lopes Dalmau, professor do

Departamento de Administração, a função de fiscalizar e acompanhar a execução do PNL. Seguindo uma fonte da própria fundação, ele apenas autorizou o repasse da verba da universidade à entidade apoiadora e não tem controle detalhado das despesas. "Não sou contador. Eu verifico a execução técnica e acompanho a parte financeira do projeto junto à fundação", esclarece o fiscal do contrato. Dalmau foi orientado pelo coordenador do LabTrans em seu mestrado e doutorado. Além disso, entre 2000 e 2005, os dois apresentaram trabalhos em conjunto em 22 congressos.

Pró-Reitor de Administração (PROAD), Antônio Carlos Montezuma Brito reconhece que a UFSC tem uma necessidade urgente de auditoria. "A universidade ainda está se adaptando. É uma determinação desta administração: identificamos o não acompanhamento e vamos auditar", conclui.

Além da FEESC, estão vinculadas à UFSC a Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (Fepese), a Fundação José Artur Boiteux (Punjab) e a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi).

Universidade não tem infraestrutura para garantir a transparência na gestão de projetos

Vice-reitora admite falha na fiscalização

Lúcia Pacheco reconhece que há falta de rigor por parte da instituição. "Eu e a Roselane [Neckel] acabamos de assumir a reitoria, e é difícil modificar uma realidade construída ao longo de 50 anos", justifica.

O auditor-chefe da UFSC, Audi Luiz Vieira, acrescenta que o problema pode não estar somente nas fundações. "É fácil para a gente culpar a FEESC ou a Fapeu, mas a verdade é que o controle é muito incipiente", reconhece. Vieira lembra que a universidade recebeu uma série de notificações da Controladoria Geral da União (CGU) para intensificar a fiscalização sobre a atuação das entidades de apoio.

A autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades é garantida no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, e o cumprimento desse trecho tornaria as entidades de apoio dispensáveis. No entanto, a última referência legal sobre o tema foi a publicação do decreto

nº 7423, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu último dia de mandato, 31 de dezembro de 2010, que reafirma o papel das fundações como mecanismos de gestão de projetos.

Para a vice-reitora, as entidades de apoio são essenciais ao funcionamento das universidades e não determinam diferenças de investimento entre os centros de ensino. "Elas são um instrumento de autonomia", contrapõe. Lúcia Pacheco adverte ainda que alguns professores e servidores da UFSC são preconceituosos em relação ao papel das fundações. "Eles se armam até os dentes contra o setor produtivo, que obviamente visa o lucro, mas isso não é irregularidade. O que se faz é criar base para a indústria local, o que é fundamental para o desenvolvimento do país. Não vejo nada de errado se isso for feito dentro da lei", defende a professora, que também é diretora técnica da FEESC.



Lúcia Pacheco: "É difícil mudar uma realidade construída há 50 anos"

O passo a passo da reportagem

Pior do que as fontes que não querem fornecer informações são aquelas que não têm as informações que deveriam. Infelizmente, nos deparamos com essa realidade ao buscar detalhes sobre os projetos ligados ao LabTrans. A todo momento, perguntávamos: "Quem está fiscalizando essas contas?", "com quem fica o relatório de despesas do PNL?", mas caminávamos de um lado para o outro sem obter respostas.

Em outras ocasiões, quando os dados estavam de fato sob controle da UFSC, muitos servidores não sabiam se deveriam permitir o acesso aos documentos pedidos - apesar de a nova Lei de Acesso a Informações Públicas, que nos confere esse direito, ter entrado em vigor no dia 16 de maio, fato amplamente divulgado pela mídia.

Se na universidade os indícios de controle das contas durante a execução dos projetos vinculados às fundações eram precários e insuficientes, na FEESC ao menos nos indicaram o nome de alguém que supostamente nos ajudaria a ter acesso às notas fiscais do PNL: "procurem o Rildo no prédio da EAPEU", recomendaram. Ele pareceu, de fato, disposto a colaborar. "Meu sobrenome é transparência", prometeu. Rildo de Andrade, no entanto, disse que tudo dependia da autorização do coordenador do LabTrans. "Ele certamente vai ter que consultar o departamento jurídico".

A alternativa que nos restou foi encaminhar à FEESC um requerimento da prestação de contas atualizada do PNL, baseado na nova Lei de Acesso a Informações Públicas. Para nossa surpresa, a entidade não tinha nenhuma prestação de contas parcial. Ou, pelo menos, essa foi a justificativa utilizada para solicitar o prazo de 20 dias previsto pela lei para entregar a documentação. O que nos frustra é não ter conversado pessoalmente com o coordenador do LabTrans para checar informações que seriam essenciais no trabalho desta reportagem.

Nas vezes em que telefonamos no ramal e no celular do coordenador do PNL, quem atendeu foi seu secretário, Roberto - que queria saber quais eram nossas pretensões com a reportagem e estava preocupado em descobrir quem havia nos informado aquele número. Disse também que o professor Amir Valente estava muito ocupado para nos atender. Por isso, no dia seguinte, fomos procurá-lo pessoalmente no laboratório, mas lá estava Roberto outra vez: ele já sabia



Montezuma: "Há necessidade de auditoria"

Daniel Giovanaz

daniel.giovanaz@gmail.com

Rodrigo Chagas

rodrigosiomeschagas@gmail.com

De que servem os alertas de TCU e CGU?

As fundações de apoio são criadas com o objetivo de dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Pelas cinco entidades vinculadas à UFSC (FEESC, Fapeu, Fepese, Punjab e Certi), circulam milhões de reais sem a garantia de controle efetivo. De acordo com a Resolução Normativa nº 13 do Conselho Universitário (CUJ), de setembro de 2011, elas devem ser constituídas como fundações de direito privado, sem fins lucrativos, submetidas às leis trabalhistas e registradas no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com renovação a cada dois anos. Embora a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, garanta o repasse de recursos suficientes através da União às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), a década de 1990 foi marcada por dificuldades financeiras e redução orçamentária. Nesse contexto, as fundações se transformaram

em veículos de captação de recursos fora das universidades, e se iniciou um período que o pesquisador Nelson Cardoso Amaral - em seu artigo *Autonomia e Financiamento das Ifes: desafios e ações*, de 2008 - denominou "quase-mercado" educacional. A partir da década de 2000, a Controladoria Geral da União (CGU) passou a identificar uma série de problemas decorrentes da falta de transparência na atuação dessas entidades em todo o país. Preocupado com a recorrência dos casos de corrupção nas fundações de apoio vinculadas às Ifes, e motivado principalmente por um escândalo que envolveu a Universidade de Brasília (UnB), o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu, em abril de 2008, um documento exigindo mudanças de postura nessas relações. Esse acórdão é resultado de um diagnóstico detalhado de práticas constatadas em auditorias e está disponível para consulta no site www.tcu.gov.br.

Curso para vereadores: a mina de ouro da urna

Busca por formação política movimenta R\$ 6 bilhões

Salário de quase R\$ 9 mil, carga horária flexível, auxílio-paletó, alimentação e gasolina. Esses são alguns benefícios para quem exerce o cargo de vereador no Brasil. Os pré-requisitos não são muitos: ter mais de 18 anos, possuir nacionalidade brasileira, fazer o alistamento eleitoral, morar na cidade onde vai trabalhar e ter filiação partidária.

Para facilitar o caminho ao sucesso nas urnas, empresas de publicidade e marketing político já se preparam para dominar o mercado e arrecadar parte dos R\$ 6 bilhões movimentados pela campanha eleitoral para quase 60 mil cadeiras no país inteiro. Em Santa Catarina, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, os 12.111 candidatos a vereador gastaram mais de R\$ 50 milhões para conseguir uma das 2.697 vagas nas últimas eleições, em 2008.

O consultor político Luiz Roberto Dalpiaz Rech está entre os empreendedores da política. Autor de 24 livros, entre eles *Manual do Candidato Vencedor*, *Como Vencer nas Eleições Municipais* e *Seja um político Nota 10*, ele já participou da campanha eleitoral de mais de dois mil candidatos a deputados, prefeitos e vereadores pelo Brasil. Rech oferece em seu site a opção "eleja-se (ou reeleja-se) vereador", no qual é possível adquirir toda a produção da campanha e ainda receber um livro-CD com 500 ideias de projetos de lei e outro com as metáforas mais usadas na política. Tudo por R\$ 2,5 mil.

Entre os clientes de Rech está o vereador Cleber Schröder (PMDB), eleito em São Sebastião do Caí (RS) como o candidato mais votado da história da cidade, com 1186 votos em 2008. Para ele, o sucesso foi garantido pela assessoria do consultor. "Ele me ajudou a me vender como candidato", assegura Schröder, que também aprova a eficácia dos livros. A assistência ficou em torno de R\$ 3 mil. Em 2012, ele será candidato a vice-prefeito e pretende ter Rech ao seu lado novamente.

As empresas Audiofive e Produzvideo, ambas administradas pelo empresário e comunicador Fernando Pinheiro, também investem nas eleições. A equipe de cerca de 45

profissionais chega a triplicar durante as campanhas eleitorais. Através do site na internet, o grupo oferece todo o marketing político necessário para formar um candidato de sucesso. O curso de vereador, por exemplo, engloba dicas de oratória e de como se tornar visível para o eleitor, além de 120 perguntas e respostas que o eleito precisa saber. A empresa também produz site, conteúdo audiovisual e jingles, com preços que variam de R\$ 800 com um cantor a R\$ 1.800 com três. Os pacotes de serviços de assessoria oferecidos vão de R\$ 30 mil até R\$ 500 mil.

Pinheiro pressupõe que "no resultado das eleições, 80% depende do trabalho da assessoria política" e afirma que as redes sociais estão entre os diferenciais para 2012. Com a liberação da propaganda eleitoral na internet até o dia das eleições, a assessoria promete

trabalhar assiduamente. O diretor lembra que o marketing não faz tudo sozinho, "o candidato tem que fazer o seu papel e principalmente não mentir. O povo não é bobo, a ética é prioridade". Ele julga a falta de planejamento um erro dos políticos, "Na hora de fazer a campanha, não se pode pensar em um mandato único, tem que considerar oito anos".

Os candidatos também têm a possibilidade de desenvolver uma campanha através de cursos à distância, como é o caso do Centro de Produções Técnicas (CPT). Entre as ofertas estão: "Como Desempenhar com Sucesso a Função de Vereador" e "Campanha de Vereador - Passo a Passo", ambos com carga horária de 40h e certificado de conclusão. Cada um custa R\$ 218, com a facilidade de serem parcelados em até dez vezes no cartão. Para o candidato que não quer gastar, existe a alternativa de cursos grátis. Na internet é possível ter noções básicas sobre o cargo, que podem ser aprendidas em 28 passos.

"Ele ajudou a me vender como candidato", diz o atual vereador Cleber Schröder

Receita para se tornar um político de sucesso

Ingredientes

- 1 pitada de boa oratória
- 1 colher de um jingle eficaz
- 2 xícaras de um slogan de impacto
- 1/2 colher de alianças fortes
- bom material gráfico (a gosto)
- 1 porção de mídias sociais com muitos seguidores

Modo de preparo

Misture todos os ingredientes. Aguarde o dia 7 de outubro

Marketing pode determinar vitória

As Câmaras Municipais existem na história do país desde 1532. O cargo de vereador foi exercido sem qualquer remuneração até 1977, quando passou a ser pago nas capitais. Na época, o benefício foi estendido para as demais cidades durante o governo do general Ernesto Geisel.

Assim como o cargo remunerado, o papel das assessorias de publicidade e marketing também surgiu recentemente. O vereador de Florianópolis Márcio de Souza (PT), eleito pela primeira vez em 1992, já está no quinto mandato. Aos 53 anos de idade, ele afirma que utiliza como base os ensinamentos do pai e as aulas de oratória que aprendeu nas campanhas para líder de turma na escola primária. "A atuação nas militâncias políticas desde os 16 anos e depois o movimento sindical acabaram me preparando para a eleição".

Contudo, Souza sabe a diferença que a publicidade pode fazer no resultado das urnas. Em 1988, ele obteve 372 votos. Já em 1992 foram 1384. Ele atribui o sucesso ao conselho de uma amiga de sindicato: "Ela me falou para repetir meu nome, na TV, três vezes e completar com a frase 'A gente se encontra por aí'. Eram apenas 15 segundos, mas que surtiram efeito".

O também vereador da Capital João Amin (PP) faz parte da geração que tem nas empresas de publicidade e marketing uma ajuda fundamental

para a campanha eleitoral. Além da herança política vinda do pai Esperidião Amin, que já foi governador de Santa Catarina, senador e prefeito, e da mãe Ângela Amin, ex-prefeita de Florianópolis e ex-deputada federal, ele também acredita no sucesso no pleito à agência que escolheu em 2008. Eleito para o primeiro mandato aos 28 anos com 6.271 votos, ele garante que a "preocupação com o marketing é paritária com o desenvolvimento de propostas boas." E completa: "Quem faz algo bom e não vai querer mostrar?". O jovem vereador também está nas campanhas na internet. Além do site pessoal, ele utiliza o twitter, que tem mais de dois mil seguidores.

Algumas assessorias são montadas por políticos que resolveram sair da vida pública. A experiência de Tadeu Comerlato, consultor político, vem do cargo de prefeito de Videira (SC), meio oeste catarinense, quando aos 24 anos se tornou um dos mais jovens do país nessa função. Hoje aos 60 anos, já produziu mais de 130 mil manuais de campanha, 20 mil vídeos e 42 obras sobre marketing político, administração pública e estratégias eleitorais.

Amanda Melo
amandacdmelo@gmail.com
Manuela Lenzi
lenzimanu@hotmail.com



Quem está de olho em cargos políticos tem um verdadeiro arsenal à disposição

Hoje é dia de quê mesmo, senhor deputado?

Desde 2007, 104 projetos de lei que criam datas comemorativas foram aprovados pela Alesc

E escrevemos este texto em 25 de maio, Dia do Massoterapeuta. Mas você só vai ler em junho, quando esta edição do *Zero* circular. Pode ser dia 1º, da Liberdade de Imprensa, ou do Vinho (3), ou ainda no fim do mês, 29, Dia da Pesca. O que essas datas têm em comum? São todas estaduais, criadas por deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), nos últimos cinco anos - e costumam passar em branco, à exceção, talvez, de um bombom do sindicato ou uma mensagem fofo no Facebook.

A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), que monitora as atividades parlamentares através do Deputadômetro, indica que cerca de 90% dos projetos de lei aprovados na Alesc são os chamados denominativos, ou seja, nomeiam escolas, ruas, dias e semanas. Lugares, de fato, precisam de nomes que sirvam como referência para encontrá-los - certas vezes como homenagem a ilustres falecidos - e essa é uma atribuição dos deputados. Mas dias e semanas precisam?

Analisemos a questão diante dos dois argumentos, de referência e de homenagem. O primeiro cai quando olhamos o calendário e vimos que o mesmo dia homena-

geia várias ocasiões, como 11 de agosto, que divide as atenções aos Garçons e aos Pioneiros ("pessoas com um espírito desbravador e que se insurgem com novas ideias ou ideais" nas sábias palavras da lei). Imagine a festança na casa de um garçom pioneiro! A dificuldade aumenta quando são criados dias em âmbito estadual que já são comemorados nacional ou mundialmente.

É o caso de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. A Alesc aprovou em 22 de maio o Dia da Raça Negra no estado de Santa Catarina em - surpresa - 20 de novembro. Outras ideias não são bem-sucedidas no país, mas rapidamente concretizadas em solo catarinense. É o caso do nascituro, o embrião humano fixado no útero. Foram menos de cinco meses entre a apresentação do projeto e a publicação no Diário Oficial.

Por outro lado, o Congresso Nacional arquivou, após quase oito anos, o projeto que estabelece o Dia Nacional do Nascituro.

Outro ponto a ser observado é que um dia estadual tem repercussão, bem, em todo o estado. O do Manezinho, por exemplo, leva o termo popular que designa o nativo de Florianópolis a toda Santa Catarina. O autor do projeto, deputado Carlos Chiodini, reflete: "Precisa-

mos preservar o manezinho. Tem no oeste? Tem no sul? Não. É uma figura típica daqui. A tendência é que desapareça." Fica a dúvida: como a população do extremo oeste catarinense pode ajudar a preservar algo típico

Os samurais catarinenses também foram homenageados pela Assembleia

do litoral ou, ainda, quem sairá da praia no dia 7 de janeiro para divulgar a figura no calorzinho de São Miguel do Oeste?

Estabelecer uma data comemorativa estadual também é visto, sobretudo pelos próprios deputados criadores, como uma homenagem a uma classe ou organização. Os samurais catarinenses, por exemplo, puderam celebrar pela primeira vez, em 24 de abril deste ano, um dia só seu, privilégio que nem o estado com maior contingente japonês, São Paulo, concedeu aos seus guerreiros.

Apenas 0,2% da população de Santa Catarina é descendente de japoneses (cerca de 12 mil pessoas), número que ultrapassa 1,2 milhão entre os paulistas. A maior colônia nipocatarinense está no município de Frei Rogério, no meio-oeste do estado, e é ela a citada na justificativa do projeto de lei que propôs o singelo tributo subtropical aos combatentes milenares do outro lado do oceano. O problema é que em Frei Rogério não tem samurai.

Os que se autodenominam samurais são os membros do Instituto Niten, praticantes do Kenjutsu ("a arte da espada samurai"), que prega também



Veja o calendário completo dos dias comemorativos de Santa Catarina, criados pela Alesc nos últimos cinco anos no **Zero Convergência** zeroconvergencia.ufsc.br

comportamentos do código dos combatentes como coragem, disciplina e honra. "Quem treina no Niten pode dizer 'eu sou um samurai', porque leva a cultura à risca e coloca em prática o pensamento samurai." É o que afirma Emerson Fujimura, coordenador do Instituto Niten de Florianópolis, o único do estado. É na capital, portanto, onde estão os samurais. Em Frei Rogério é praticado o Kendo, arte também desenvolvida pelos samurais, mas na qual Julia Yamamoto, da Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos, nunca soube de nenhum praticante que se autodenominasse samurai.

Fujimura afirma que a referência indevida a Frei Rogério no projeto de lei foi somente por ser a mais forte comunidade nipônica do estado. E essa não é a única curiosidade. Dos dez parágrafos da justificativa, sete foram copiados do site oficial do Instituto Niten - quatro ao pé da letra e outros três trocando ordem de palavras e tempos verbais. Outros dois parágrafos constam no projeto de lei, desta vez municipal, que instituiu o Dia do Samurai na cidade de São Paulo, em 2004.

As ideias para criar dias e semanas comemorativos nem sempre partem dos próprios deputados. No caso samurai, o Instituto Niten propôs. A negligência parlamentar na "elaboração" do texto e checagem dos dados contribuíram para divergências entre os próprios "homenageados". No fim das contas, quem mais é valorizado com esse tipo de lei é o deputado, que, apesar de ganhar o mesmo salário se não apresentar nenhum projeto, agrada aos proponentes, aparece na mídia e participa de celebrações. Pena que o Deputadômetro não faça mais seu ranking...

Lucas Pasqual
lucas.pasqual@gmail.com
Marina Empinotti
marinaempinotti@gmail.com



Parlamentares na mira do eleitor

O ranking entrou em funcionamento em agosto de 2011, mas saiu do ar logo em seguida, após protestos parlamentares. Porém, de acordo com Osmar Vicentin e Gilson Zimmermann,

respectivamente coordenador de projetos e diretor executivo da FACISC, a ferramenta deve ser reativada após as eleições deste ano. O internauta poderá eleger as características que considerar mais importantes como assiduidade, fidelidade,

projetos apresentados e relevância.

"O objetivo não é acusar ninguém, é medir a efetividade do trabalho", garante Vicentin. O Deputadômetro usa informações das atas da Alesc, algo que qualquer cidadão poderia acompanhar. A ideia é juntar dados que, soltos, dificilmente são evidenciados e permitir o compartilhamento nas redes sociais para que sejam difundidas rapidamente. Assim, será possível perceber, por exemplo, que dos 32 deputados da atual legislatura (excluindo os oito suplentes), apenas três nunca propuseram um projeto que criasse dias ou semanas comemorativas. Quem ganha com isso, mesmo?



Cúpula busca mudanças mais efetivas que Eco-92

Países desenvolvidos mostram desinteresse no encontro

O Brasil será novamente o palco onde se tentará definir as políticas ambientais de todos os países para os próximos anos. Há duas décadas, líderes mundiais participaram da primeira Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro. Mais conhecido como Eco-92, o encontro gerou documentos sobre políticas ambientais, sociais e econômicas, que não foram completamente seguidos nem pelos países que o assinaram. A Rio+20, que acontece entre os dias 13 e 22 de junho, será a tentativa atual para comprometer os governantes com o desenvolvimento sustentável.

“Esse momento é uma oportunidade para reavaliar o que já foi feito e para se repensar o conceito de desenvolvimento”, considera Carlos Peralta, professor de direito ambiental da Universidade da Costa Rica. O desenvolvimento já foi mudado para “sustentável” até no título da conferência. “O conceito é simples: é desenvolver a atual geração sem prejudicar as futuras”, explica o também professor José Morato, da UFSC.

Muitos documentos já foram feitos, mas poucos foram postos em prática (ver info 2). Peralta lembra que o que falta é especificar os mecanismos para se atingir as metas definidas em 1992. Um dos objetivos da Rio+20 é, de fato, fortalecer o papel das instituições que

supervisionariam as políticas ambientais adotadas pelos países. Ligado à ONU, já existe o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), no entanto seu orçamento é um dos menores da organização. Além disso, é opcional ser membro.

As diretrizes de política ambiental até hoje não são consenso entre os governantes. “Eles não podem se esquecer de que os problemas ultrapassam fronteiras, está além de seus territórios. Necessita de uma atuação articulada entre os Estados”, alerta o professor Morato. A principal sustentação do cenário internacional é o comércio, e ainda não se fala em economia verde no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), como ressalta a mestrandia em direito ambiental Melissa Ely Melo.

Não se pode dizer que a participação dos Estados será baixa, pelo menos não em números. Chefes de estados, ministros e diplomatas estarão representando 198 países na Rio+20 – são 90 a mais que na Eco-92.

Dos países em desenvolvimento, haverá mais líderes que enviados. Os governantes dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) estarão presentes. Dilma Rousseff, como anfitriã, irá presidir a conferência. Já dos países desenvolvidos, apenas François Hollande virá. Barack Obama, dos Estados Unidos, Angela Merkel, da Alemanha, e David Cameron, da Inglaterra, mandarão apenas uma comissão em

seu lugar. “É um mau sinalizador, pois demonstra um excessivo foco desses líderes na situação atual. Isso trará um desgaste também para eles”, acredita o engenheiro Mario Benevides, do Comitê de Sustentabilidade da Tractebel Energia.

A conferência está dividida em três etapas. Entre 13 e 15 de junho, os representantes dos países se reunirão no III Comitê Preparatório para discutir quais documentos o encontro deve gerar. Em seguida, dos dias 16 a 19, estão previstos eventos com a sociedade civil. Já de 20 a 22, haverá um encontro entre os governantes. Eles devem assinar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), representando o comprometimento dos países rumo à economia verde. “Esse deve ser o mapa que vai indicar o caminho do que fazer na terra. Afinal, temos uma só”, ressalta Benevides.

Para a mestrandia em direito ambiental Kelly Schaper, *O futuro que queremos*, como também é conhecido o ODS, provavelmente apresentará falhas iniciais. “Em outros eventos posteriores, porém, ele deve ser melhor trabalhado, como aconteceu com os resultados da Eco 92”.

Na visão de Schaper, trata-se de uma rara oportunidade que os líderes mundiais terão para mudar, profundamente, os paradigmas do desenvolvimento econômico, respeitando os limites naturais do planeta e garantindo o futuro das próximas gerações. Ela indaga: “Se não for na maior conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que reúne todos os estados-membros da ONU, quando poderá ser?”. Com a palavra a elite política mundial que comanda a Rio+20.

Os principais temas

Energia renovável

Alguns países, como os europeus, são favoráveis às alternativas limpas, especialmente pelo seu déficit em recursos energéticos. Outros seguem usando combustíveis fósseis para impulsionar seu crescimento, como o Brasil e os Estados Unidos (petróleo) e a China (carvão). Essa matriz energética ainda é a mais utilizada (80% do consumo final), seguida pelas fontes renováveis (16%) e fontes nucleares.



Segurança alimentar e nutricional

A produção e distribuição de alimentos são fundamentais para a erradicação da pobreza, uma das metas da Rio+20. O orçamento e a atuação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) são insuficientes. Mais de um bilhão de pessoas passam fome no mundo.



Acesso à água

Na Eco-92 foi estabelecido que o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano essencial. Porém, a estrutura da ONU ainda é insuficiente nesse ponto. Poucos países têm legislações exemplares, como o Brasil. Atualmente, 34 mil pessoas morrem de sede ou por ingestão de água contaminada por dia.



Gestão dos oceanos

Há tratados que regulam o uso das águas dos oceanos, mas o objetivo é criar regras para o comércio, a exploração do petróleo e a pesca. Os mares são imprescindíveis para o equilíbrio climático e para a oferta de alimentos. Rússia, Canadá e Japão são os países mais temerosos quanto à regulação, pois não aceitam cotas para a pesca.



Sociedade civil quer mais espaço

A proposta da Rio+20 é levar a discussão sobre sustentabilidade não somente a oficiais de Estados, mas também à sociedade civil. A participação popular, porém, pode não ser tão efetiva. Em paralelo à conferência, vários grupos independentes se encontrarão na Cúpula dos Povos, entre os dias 14 e 23 de junho, para discutir o tema e sugerir alternativas aos governantes. Caso não sejam consideradas relevantes pelos países participantes, as propostas não entram nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Parte dos grupos civis critica a ideia de desenvolvimento sustentável adotada pela Rio+20. "Economia verde não pode ser entendida dentro de uma perspectiva neoclássica, que visa mais riqueza para gerar mais emprego e renda. Essa é proposta do Pnuma.",

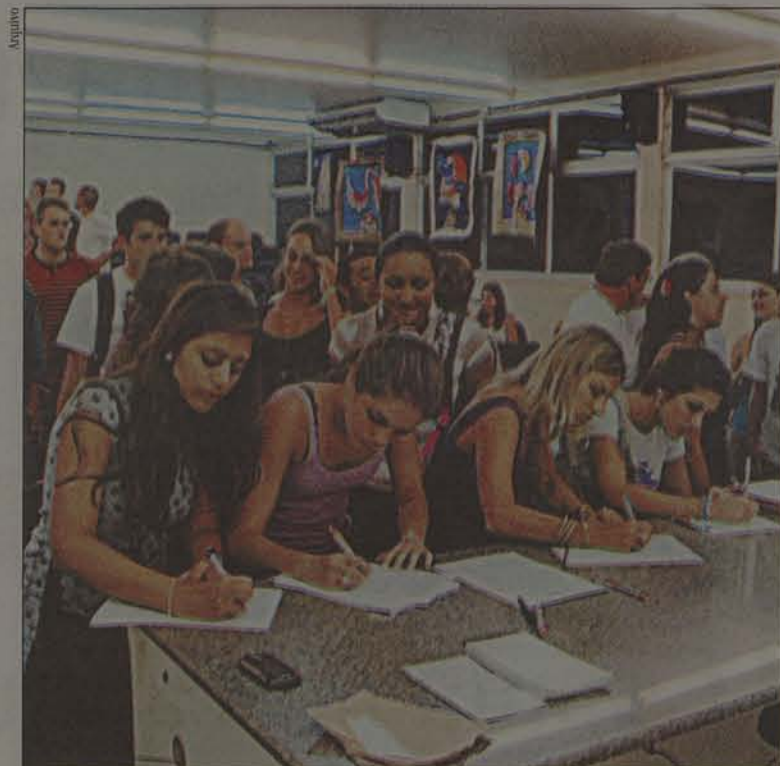
explica Carlos Peralta, professor de direito ambiental da Universidade da Costa Rica. Para ele, desenvolvimento sustentável não pode virar um band-a-aid, isto é, "uma solução limitada em relação à complexidade exigida pelo meio ambiente". Para tratar o assunto, as discussões se basearão em três eixos temáticos: a denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital; soluções e novos paradigmas dos povos e estímulo a organizações e movimentos sociais a articular processos de luta anticapitalista.

O que vale na Cúpula é a possibilidade de trabalhar com diversos pontos de vista sobre a conservação dos recursos do planeta. "Nessas convenções são produzidas sínteses civilizatórias sobre os temas discutidos. Ou seja, valores

são criados sobre como encaminhar nossa sociedade. Esse ajuste leva tempo, já que se trata de uma mudança na civilização", pondera Daniel da Silva, coordenador do comitê facilitador da sociedade civil catarinense para a Rio+20.

O Brasil formou outros seis comitês estaduais, além do de Santa Catarina. Silva explica que "até a Cúpula teremos realizado sete encontros, cada um com um tema, de onde sairão os documentos-sínteses que serão discutidos em conjunto durante o evento".

De qualquer modo, a possibilidade real de a sociedade intervir no conteúdo que será aprovado na conferência é mínima. As entidades da Cúpula dos Povos apostam na direção da luta pós Rio+20, tanto no âmbito da ONU quanto da sociedade civil.



Juventude presente no Primeiro Diálogo Social em Floripa

Vetos ao novo Código Florestal inflamam discussões

Até o Chico Bento pediu, mas não adiantou: a presidente Dilma Rousseff vetou apenas 12 dos 84 artigos do novo Código Florestal (CF), aprovado pelo Congresso neste ano. Foram alterados outros 32 itens, 13 dos quais são novos e devem ser transformados em medidas provisórias (MP). Com o veto, não haverá anistia aos desmatadores e os pequenos proprietários terão regras mais flexíveis. Outro ganho foi a manutenção das áreas de preservação permanente, inclusive na beira de rios, e de reservas legais.

O anúncio, feito em 25 de maio, não agradou aos ruralistas. O deputa-

do Paulo Piau (PMDB-MG), relator do CF na Câmara, lembrou que a MP que altera o texto será votada no Congresso e pode não ser alterada. "A gente vai analisar, aprovar o que for bom e rejeitar aquilo que não atenda aos interesses. Quem legisla é o Congresso."

Os ambientalistas também não ficaram totalmente satisfeitos. No dia seguinte ao anúncio da presidente, 14 ativistas do Greenpeace organizaram um protesto em São Luiz do Maranhão. Segundo eles, o novo CF, mesmo com essas modificações, dá margem legal ao desmatamento.

Há quem acredite que o código

esteja mais moderno, como a senadora Kátia Abreu, da bancada ruralista. "Para que o Brasil se transforme numa potência agrícola mundial, a legislação deve conciliar produção agropecuária e preservação do meio ambiente". A senadora defende que o novo texto pode esbarrar na produção agropecuária, que ocupa 27,7% do território nacional. "É irresponsável diminuir 33 milhões de hectares, 14% da área plantada, como prevê a nova legislação".

De acordo com Márcio Astrini, coordenador da campanha Desmatamento Zero do Greenpeace, a senado-

ra fala os números, sem indicar a fonte. "33 milhões de hectares acordo com que órgão? Imagens feitas do espaço aéreo brasileiro mostram que são 60 milhões. Ela não dá nome aos bois — como ruralista, ela deveria saber como isso é importante."

Astrini defende que as áreas desmatadas devem ser recuperadas e que outras não podem ser destruídas. "Preservamos 61% do nosso território, condição que não existe em nenhum outro lugar", afirma a senadora Abreu. De fato, "temos um conjunto de leis ambientais federais das mais perfeitas do mundo", segundo o professor

Daniel da Silva. Por isso, para os ambientalistas, o país não pode tropeçar em sua trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem se esforçado para assumir papel de destaque em políticas ambientais. Para a Rio+20, não cedemos apenas o espaço para a realização, como também R\$ 430 milhões aprovados pelo Congresso para contribuir com os gastos. Depois de ir tão longe, não vale a pena recuar tantos passos.

Ana Carolina Paci
ac_paci@gmail.com
Maíla Diamante
maila.filo@gmail.com

Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano

Estocolmo - junho de 1972

Nessa época, o tema ainda não fazia parte da agenda internacional nem era uma preocupação dos governos, que em sua maioria careciam de uma institucionalidade para o setor. Na declaração final de Estocolmo ressaltava-se a responsabilidade dos humanos na conservação de seu meio ambiente. Foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).



Rio + 10 - 26 de agosto e 4 de setembro, em Johannesburg - 2002

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
Um de seus objetivos foi avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos na época.

Discussão em torno apenas dos problemas sociais.

Muitos países apresentaram propostas concretas, porém, não saíram do papel.



Cúpula da Terra - Eco 92

Difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que permite atender às necessidades atuais sem comprometer as capacidades que terão as futuras gerações para satisfazer suas próprias necessidades. Impulsionou o desenvolvimento de uma série de conferências mundiais patrocinadas pela ONU.

Documentos oficiais: a Carta da Terra; três convenções: Biodiversidade, Desertificação e Mudanças climáticas;

Declaração de Princípios sobre Florestas; Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; e Agenda 21 - propõe um plano de ação para o desenvolvimento compatível com a conservação do meio ambiente.

Obra do aeroporto finalmente sai do papel

Ampliação prevista para iniciar em 2004 começa este mês e fica pronta até setembro de 2014

Com um movimento 160% maior que a capacidade prevista para suportar, o Aeroporto Hercílio Luz aguarda a reivindicada obra de ampliação. O projeto arquitetônico inicial foi feito pela Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) em 2004, com prazo para entrega das obras em 2008, depois 2010, 2012 e agora setembro de 2014, portanto 10 anos de obras proteladas pela administração pública. "O que há é falta de vontade política para resolver a questão, de outra forma uma ampliação dessa não demoraria mais de 10 anos para estar concluída", critica João Eduardo Moritz, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina (ABIH-SC), quando perguntado sobre o assunto. Agora, entretanto, o atraso das obras deixou de ser criticado pelas entidades da capital para se tornar uma ameaça financeira a Florianópolis, que pode não receber nenhuma seleção para a Copa de 2014. Isso traria prejuízo econômico que os profissionais de turismo nem pretendem calcular – ainda. "Confirmei uma informação de que delegações de futebol europeias não virão para o estado porque não tem pista suficiente para receber grandes voos, e também falta parque de estacionamento para estes aviões", revela Moritz. Mas será que a tão aguardada ampliação, que prevê aumentar a capacidade do aeroporto para receber 6,7 milhões de passageiros, será suficiente para pleitear todas as ambições do estado?

Prevista para custar R\$ 4.080.956,03, com

dinheiro do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) para aeroportos, a ampliação da obra será dividida em cinco partes (veja o box abaixo). Ricardo May, assessor da Infraero para os assuntos do aeroporto, explica que a obra foi segmentada para impedir que uma só empresa faça toda a obra. "Se a gente dividisse a obra em poucas partes poderia acontecer de uma empresa grande pegar toda ela, pois teria como bancar um preço menor. Dividimos em cinco para permitir que mais empresas participassem, logo o valor de cada parte seria reduzido pela competição", explica. A estratégia deu certo, pois a primeira parte licitada que compreende o primeiro e terceiro lote (obras de terraplanagem, drenagem, pavimentação e balizamento luminoso do novo terminal do aeroporto), previa inicialmente o valor de R\$ 190,6 mi, mas a empresa vencedora da licitação, o Consórcio Aeroportos do Brasil, estipula o gasto de R\$ 117.139.181,91, ou seja, quase 40% mais barato que o valor previsto. A previsão para o início das obras é no próximo dia 6 de junho.

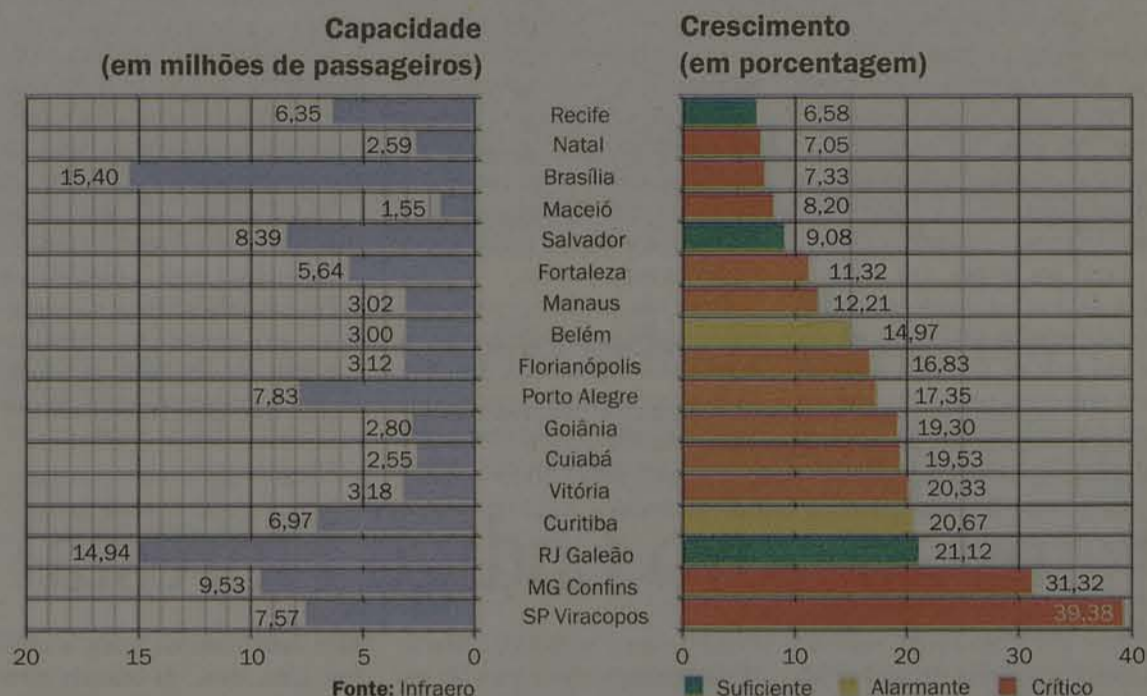
Sobre a quantidade de passageiros que o atual aeroporto comporta, há descompasso em relação ao número oficial. A Infraero, em pesquisa de 2011, indicou que o aeroporto teria capacidade de receber 1,1 milhão de passageiros por ano, mas no ano passado o Hercílio Luz recebeu 3,12 milhões, uma taxa 160% acima do adequado. Neste ano, entretanto, a Infraero informou que a capacidade do aeroporto é de 4,2 milhões de passageiros e que, após a conclusão da reforma, a lotação oficial passaria para 6,7 milhões.

A explicação para a mudança é uma nova metodologia utilizada para medir a capacidade total de passageiros. "Nós utilizávamos um modelo de avaliação que levava em conta somente 4 ou 5 horas pico [quando todas as posições de aeronaves estão ocupadas, e há embarque e desembarque simultâneos], baseado no tempo das aeronaves pequenas, e demorou muito para

refazer os cálculos dentro das horas pico atuais do aeroporto, que são entre 8 e 12", explica May, assessor da Infraero.

Para o presidente da Câmara de Assuntos de Transporte e Logística da Fiesc, Mário Cezar de Aguiar, a obra também causa desconfiânça. "Desde 2004 nós acompanhamos essa reforma, temos até uma câmara de transporte e logística. Estamos monitorando os investimentos, fizemos reivindicações para dar prioridade ao aeroporto por causa da importância não só para Florianópolis, mas toda a região, e até agora, esperamos." O presidente espera que o novo aeroporto seja autossustentável para beneficiar o entorno. "O modelo de aeroportos modernos é o autossustentável. A receita deve vir dos serviços em anexo, não só das taxas de embarque. Isso movimentará toda a região, que vai ser valorizada", finaliza Aguiar.

Situação dos terminais em 2011



Maquete da Infraero mostra como será novo terminal

As cinco fases da obra

1ª e 3ª Etapas

Infraestrutura da obra: terraplanagem das pistas, acesso viário e estacionamento
Previsão: maio/junho de 2012

2ª Etapa

Novo terminal de passageiros
Edital: abril de 2012

4ª Etapa

Instalação dos equipamentos eletromecânicos
Edital: abril de 2012
Início: outubro de 2012

5ª Etapa

Automação predial e sistemas elétricos
Edital: maio de 2012
Início: agosto de 2012

UFSC tem participação no projeto

A nova área do aeroporto vai ser construída do outro lado da pista de pouso principal, e parte daquele terreno, entretanto, pertence à UFSC. Para resolver esse problema e para a universidade não perder as futuras instalações do Centro de Ciências Agrárias, foi assinado o projeto de lei nº 0234.6/2008.

Por meio desse projeto cria-se uma permuta entre a universidade, o governo do estado e a Celesc da seguinte maneira: a UFSC vai ceder ao governo uma área de 449 mil m², próxima ao aeroporto, e em contrapartida vai receber o Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA), da Celesc.

A empresa de energia, como resultado, poderá quitar a dívida que tem

com o governo por causa do imóvel onde hoje funciona a subestação Agrônômica e ainda vai receber a diferença, cerca de R\$ 5,5 milhões.

O Centro de Treinamento da Celesc, que será adquirido pela UFSC no bairro Tapera, possui uma área de 476 mil m² e está avaliado em R\$ 11,9 milhões. O inusitado desse acordo é que a mesma área da UFSC negociada com o governo foi cedida por ele anteriormente: 300 mil metros quadrados no bairro da Tapera, através de um pedido feito durante a gestão do reitor Francisco Pinto da Luz.

Como houve mudança na gestão da UFSC, com a eleição da nova reitora Roselane Neckel, o processo sobre a validação da permuta ainda não foi

totalmente analisado.

Carlos Vieira, novo chefe de gabinete da reitoria, comenta que, atualmente, a gestão se preocupa com outras coisas. "Temos o problema do pré-vestibular, estamos pegando os papéis da gestão passada para analisar a infraestrutura de alguns centros."

Vieira justifica ainda que precisa de tempo para gerir a transição. E garante: "Temos visitas para os centros fora da Trindade, o procurador não chegou ainda do MEC para cuidar de papéis públicos, então é difícil resolver tudo ao mesmo tempo. Estamos na fase de adaptação da nova gestão."

José Fontenele
j.fontenele@yahoo.com.br

Brilho na passarela, sujeira nos bastidores

Modelos podem enfrentar problemas com drogas, ilegalidade, falta de dinheiro e prostituição

Quando se fala sobre o mundo da moda tudo parece se resumir a desfiles, flashes e *glamour*. A realidade dos bastidores, porém, é bem diferente. Muitas vezes as pessoas que seguem a profissão se deparam com casos de falta de pagamento, uso de drogas, documentos falsos e prostituição. Os fatores negativos da carreira são pouco comentados, mas histórias de situações em que os modelos foram prejudicados são bastante comuns.

Gabriela*, 23, saiu de Botucatu, interior de São Paulo, para ir atrás do sonho de muitas garotas: ser modelo internacional. Ela começou na profissão há três anos e, em novembro de 2011, foi trabalhar na Cidade do México, em sua primeira viagem.

A ida para o outro país começou com mais de um mês de espera. "Como a passagem era sujeita a espaço no voo, fiquei mais de um mês na expectativa de viajar e nunca ia. Já estava quase desistindo", lembra. Quando finalmente conseguiu chegar ao México, Gabriela se tranquilizou ao conhecer a agência, que se mostrou disposta a ajudar sempre que necessário. Em pouco tempo, porém, percebeu que não seria bem assim.

No contrato, a agência mexicana se comprometia a pagar o *pocket money* no valor de US\$ 100, o que não aconteceu na prática. "A agência fornecia um valor abaixo do combinado. Assim, eu tinha que fazer trabalhos extras. Nunca sabia quanto ia ganhar e se teria dinheiro suficiente para alimentação e transporte para *castings*", lamenta.

Os problemas que Gabriela enfrentou não pararam por aí. Ela denuncia que a agência fazia vistos de trabalho falsos sem o consentimento das modelos. Pediam uma foto e o passaporte da profissional, dizendo que levariam à imigração. Depois, entregavam o documento falso, alegando ser uma cópia do original. A agência era responsável por pagar o aluguel do apartamento, mas também não cumpria esse acordo. "Várias vezes vi colarem lembretes na porta do nosso apartamento dizendo que não era pago e que poderíamos ser despejadas. E, claro, eles descontavam o valor do aluguel nos cachês", relata.

Complicações com pagamentos são algumas das dificuldades enfrentadas com mais frequência. Vanessa Mendes, 20 anos, também passou por situações desse tipo. Ela

trabalhou na China por quase um ano e não recebeu os cachês, além de permanecer ilegalmente no país. "Eles simplesmente disseram que não iam pagar. Como estava sem o visto de trabalho, não tive como buscar meus direitos."

Foi também na China que Mendes presenciou casos de anorexia, bulimia, uso de drogas e prostituição. "Já recebi várias propostas para entrar nessa, mas isso nunca influenciou na minha educação. Me tornei mais madura e firme com minhas decisões. Vi todo o tipo de coisa ruim que se possa imaginar", completa.

Para Gabriela, a vivência no exterior se tornou mais difícil por ser a primeira vez que morou longe dos pais, sem poder contar com seu apoio presencial. "Estava acostumada a ter pai e mãe me ajudando sempre. Num país em que você não conhece nada nem ninguém, o jeito é resolver tudo sozinha."

O apoio dos parentes e amigos é fundamental para quem está longe. Gleice Goes, 22 anos, não sentia medo por estar distante da família, mas passou por algumas situações complicadas. "Na minha primeira viagem eu engordei 12 quilos e, por isso, não trabalhei muito. Não foi fácil, mas eu tinha apoio dos modelos com quem morava."

A tecnologia ajuda bastante na comunicação nesse momento. Leandro Vicenci, 30 anos, que já viajou para Tuquia e Chile, diz que hoje em dia é muito mais fácil. "Eu me comunicava praticamente todos os dias com minha família pela Internet. Conversando através de webcam você se sente acolhido e passa tranquilidade para as pessoas".

A viagem de Gabriela ao México ainda não terminou. Os problemas também não. Segundo a modelo, as passagens são compradas pela agência e descontadas nos cachês, mas duas das garotas que moravam com ela tiveram que comprar seu próprio bilhete de volta, pois a empresa usou um cartão clonado. "Comigo não foi diferente. Saí dessa agência e estou tendo que trabalhar em outra daqui para conseguir minha passagem de volta para o Brasil."

* Gabriela é um nome fictício, usado para preservar a profissional.

Juliana Ferreira
juferreira.jorn@gmail.com
Mariane Ventura
mariventura2@gmail.com



Excesso de pressão causa prejuízos físicos e psicológicos

O peso das agências

O primeiro passo para a carreira de modelo é o cadastro em uma agência de confiança. É um momento fundamental que pode interferir no futuro da profissão. "Por mais bonita e interessante que a pessoa seja, essa beleza será lapidada. Cadastramos e acompanhamos a evolução dos modelos. Paciência é fundamental, já que as coisas não acontecem de um dia para o outro", avalia Giane Gregio, *booker* internacional da agência DN Models, de Florianópolis. A escolha dos que vão para o exterior é uma decisão conjunta entre agência e modelo, que precisa estar interessado e preparado para viajar. "Um bom profissional aqui, será lá também. Antes de mandá-lo para outro país, avaliamos sua maturidade e responsabilidade", salienta Gregio.

Na agência Ford Models Santa Catarina, os requisitos para viajar são: ter pelo menos 16 anos, ser emancipado, falar inglês e tirar o visto de trabalho. Cristina Seole, *booker* da agência, explica que a empresa fornece a documentação necessária e o modelo fica responsável por ir ao consulado. Segundo Seole, cidades europeias como Milão e Paris são as que mais requisitam modelos homens entre 28 e 30 anos. "Eles são chamados para fazer propagandas de perfume e grifes". Já para mulheres, Nova York e Alemanha são os locais mais promissores, mas a melhor opção é começar pelo Japão.

Para ter mais garantias de que a experiência internacional seja positiva, os modelos devem se informar melhor sobre o destino e as agências. Há dez anos no mercado, Mayara Nogueira, 27, alerta que "existem muitos profissionais e agências picaretas. Com a tecnologia, qualquer um pode fazer uma pesquisa e saber como é a empresa, além de conversar com outros modelos".

Glossário da moda

cachê valor pago pelo trabalho do modelo

book sessão de fotos ou conjunto de trabalhos dispostos em uma pasta como portfólio

booker funcionário da agência que faz o intermédio entre os modelos e as empresas

new face são os modelos que estão iniciando a carreira, com qualquer idade

pocket money pagamento que modelos no exterior recebem semanalmente para gastos com alimentação e transporte

scouter também conhecido como "olheiro", busca potenciais modelos com o perfil exigido pelo mercado de trabalho

casting pode ser o conjunto de modelos que fazem parte da agência ou o processo seletivo para trabalhos



Craig Melem

A atriz Tilda Swinton homenageia o cantor também andrógino David Bowie (em montagem acima, à esquerda)

Sexo: (x) masculino (x) feminino

Em meio a tantas discussões sobre a relação de gêneros existentes na sociedade, fica difícil entender a diferença das nomenclaturas criadas para definir quem é o quê. Partindo desta ligação entre o homem e sua sexualidade, é possível perceber que uma questão tratada geralmente de forma errada tem sido muito comentada no mundo da moda. Androginia nada tem a ver com homossexualidade, bissexualidade ou outras orientações sexuais. De acordo com os estudos da Biologia, andrógino é quem possui os dois sexos ao mesmo tempo, sendo capaz de se reproduzir sozinho. Essa definição, claro, não se aplica aos seres humanos. Para psicólogos, médicos e também para os designers de moda, a androginia é, acima de tudo, um fenômeno cultural.

Ela vem sendo discutida desde a Grécia Antiga, passando por obras de arte de Leonardo Da Vinci, como os mistérios que envolvem Monalisa, e pelo vestuário da nobreza europeia, cujos homens subiam em saltos altíssimos, até os trajes da estilista Coco Chanel e da atriz Marlene Dietrich, que não dispensavam paletós e calças com cortes masculinos de seus guarda-roupas. Mas, segundo a designer Tatiana Blaas, o visual andrógino e a moda se uniram, efetivamente, ao final da década de 1970. Nessa época, a música pop impulsionou um visual controverso por unir as características masculinas às femininas — seja nas roupas usadas, seja na forma de agir e se comportar perante a sociedade.

Chegados os anos 2000, o novo milênio repaginou tendências e reviveu estilos que marcaram o passado. Em 2008, Jean Paul Gaultier e Alexandre Herchovitch apresentaram coleções com influências andróginas. A partir daí, diversos estilistas beberam da mesma fonte em suas criações. Entretanto, só depois de 2010 que o visual dúbio tornou-se tendência nas passarelas das grandes grifes. O designer Paul Smith, por exemplo, investiu em mulheres masculinizadas em suas produções, Vivienne Westwood pintou a boca dos meninos com batons vermelho, vinho e cor-de-rosa, e, no Brasil, viu-se nas coleções da Osklen e de João Pimenta a união dos sexos.

A psicóloga Regina Julia Barbosa define a tendência como mais um boom dos padrões estéticos na moda. "Primeiramente, surgiram as *bombshells*, garotas com corpos esculturais. Em seguida, começamos a valorizar mulheres esqueléticas e, atualmente, enalteçemos a androginia, sem distinguir um sexo do outro." Barbosa ainda explica o porquê dessa nova tendência: "Tem tudo a ver com os avanços da globalização. As pessoas vão aos poucos se acostumando com essa novidade e aceitando quem possui características de ambos os sexos", conclui.

Ri Vogel é homem na carteira de identidade, mas diverte-se com a possibilidade de poder assumir características de ambos os sexos. Vogel afirma que muita gente já aceita e convive normalmente com os andróginos. "Nunca sofri nenhum tipo de preconceito, gosto de brincar com as pessoas, gosto do mistério e da dúvida."

Aceitar-se não é tão fácil para todos. Victória Carioni tem 21 anos, é surda e ganhou popularidade na internet quando ainda era Vicenzo, por suas fotos andróginas, que instigavam questionamentos sobre sua sexualidade e gênero. Atualmente, Carioni considera-se transexual e revela sua vontade em fazer a cirurgia de mudança de sexo. Contudo, nem sempre foi assim: "Eu era um garoto lindo, sempre estava namorando alguém. As pessoas gostavam dessa minha dualidade, elogiavam; mas, ainda assim, havia muita gente preconceituosa. E comigo era ainda pior: além de ser gay, ainda existia a questão da surdez. Não entendia o que as pessoas diziam, riam de mim e eu nem ao menos sabia o porquê", recordou Carioni, que só após atingir a maioridade, assumiu a vontade de ser mulher.

Na moda, hoje em dia, ter um visual andrógino é quase sinônimo de sucesso. Um dos modelos mais requisitados no momento chama-se Andrej Pejic. O serviço de vinte anos de idade é dono de traços extremamente delicados e femininos.

Seu visual andrógino foi suficiente para que ele atraísse a atenção de várias grifes, confirmando mais uma vez a influência da mistura de sexos. Além de Pejic, a brasileira Lea T. também ganhou destaque nas últimas temporadas. A modelo transexual, que possui uma aparência feminina num corpo de homem, já foi rosto de importantes campanhas nacionais, como a da marca Blue Man.

A androginia configura uma ideia mutante e passível de experimentação do que é ser homem ou mulher, e esse questionamento traz sempre ambiguidade a cada nova resposta. Sobre esse fenômeno, a empresária e consultora de moda Costanza Pascolato afirma que "um ligeiro toque de ambiguidade aumenta o lado sensual das pessoas. O masculino e o feminino exagerados são menos sexy. Há uma qualidade misteriosa em Marlene Dietrich e Greta Garbo, por exemplo, que vem em parte da sugestão de virilidade lá no fundo de sua personalidade", afirma na revista *Superinteressante*.



Alan Herz / Getty Images

Andrej Pejic, um dos modelos mais requisitados do mundo, chama atenção por seus traços femininos em um corpo de homem



Christos Karantzias e Kyle Anderson

Milton Schubert
mton28@gmail.com